REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 39 / ABRIL A JUNHO 95 / ANO 9

EDITORIAL

O presente número de "O Referencial" é no essencial, dedicado às comemorações do XXI Aniversário do 25 de Abril. Daí a minha opção para que este Editorial seja a reprodução do texto integral do discurso que, em nome da A25A, pronunciei nos Restauradores, perante as dezenas de milhares de pessoas que se associaram nas comemorações populares. O inconveniente de um texto, mais orientado para ser ouvido do que lido, é compensado pela vantagem de, assim, assegurar o seu registo.

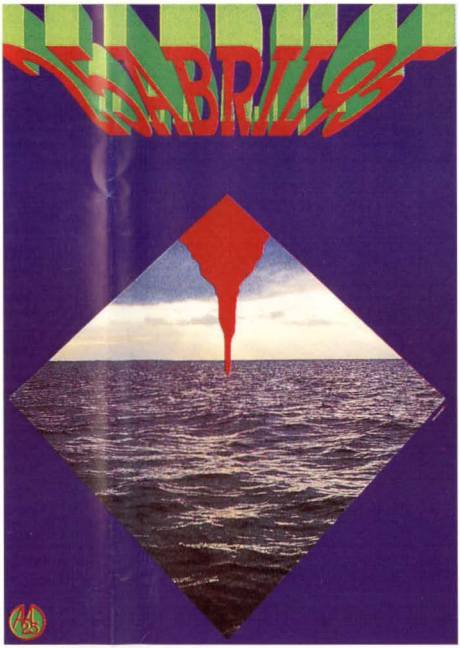
Há um ano, celebrámos o 20.º Aniversário do 25 DE ABRIL, reconhecendo que atingia então a maioridade, e era chegada a hora da transmissão do testemunho à nova geração. Nova geração, os herdeiros de Abril, o universo daqueles que eram ainda crianças, ou nem tinham sequer nascido em 1974, e receberam, como facto consumado e direitos adquiridos os valores que em Abril o povo português reconquistara.

Não se estranha que tenham, assim, sobre esses valores, uma perspectiva diferente da da geração dos seus pais. Já não a da coragem romântica da resistência, do combate, do sacrifício, a da generosidade utópica de quem ousa mudar o Mundo.

A liberdade é, para esta juventude – e ainda bem que o é – tão natural como o ar que respira, como o fruto que saboreia, como o amor que partilha. É elemento essencial da vida, cuja ausência não concebe, porque lhe parece absurda.

E do muito que ficou das comemorações do 20.º Aniversário, ressalta a adesão da juventude, a constatação de que o 25 DE ABRIL foi uma evocação permanente nas mais diversas iniciativas, culturais, festivas, desportivas ou de mero convívio que, pelo País fora, deram forma à sua participação.

(Continua na pág. 2)



SUMÁRIO

Editorial 1

25 de Abril: Ano XXI 3

Ler Ver e Ouvir 7

Da Direcção 11

Opinião 13

Recordar a nossa História 17

Das Delegações e Núcleos 19

Testemunho 22

Vida associativa 23

Desporto e Recreio 27

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1000 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto – Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco
Depósito Legal N.º 32998/89

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

A nova geração mostrou compreender que, apresentando-se embora com diferentes contornos os patamares e os objectivos da sua luta de hoje, esta só é possível porque o patamar anterior foi vencido – e com que custos – pela geração precedente. Ao receberem uma etapa já percorrida, viram abertas as vias para encetar novas caminhadas, na marcha pela conquista dos direitos, nunca definitivamente concluída.

A mensagem passou.

Os jovens já perceberam que a vida é um combate sem tréguas.

Quando, ao enfrentar os obstáculos que se erguem perante si, a juventude exige, à sua maneira, respostas às suas aspirações, está a aprofundar e a prolongar o 25 DE ABRIL:

quer enquanto indivíduos, estudantes, ou candidatos a um posto de trabalho, a um salário justo, a uma habitação, a condições dignas para a constituição de uma família;

quer enquanto membros de uma sociedade, que se deseja mais justa e mais solidária;

quer enquanto cidadãos de um mundo, que se pretende mais pacífico e mais equilibrado;

quer mesmo enquanto seres de uma natureza, cuja harmonia urge preservar.

* * *

É o momento de se colocar uma questão, que penso merecer a nossa reflexão, quando já ficaram para trás duas décadas, depois da madrugada libertadora, e nos encontramos na ante-câmara do século XXI, numa época em que o tempo marcha a ritmo vertiginoso.

É uma evidência que o Portugal do final do século XX não é mais o Portugal da década de 70.

Mas seria leviano, se afirmasse que os ideais que configuraram os valores do 25 DE ABRIL estavam, plenamente, e em definitivo, alcançados e assegurados.

Todos os dias, em todos os lugares, constatamos que não o estão.

Continua a haver, entre os portugueses, uns mais livres do que outros.

Cresce o *déficit* da participação democrática dos cidadãos.

Sobrevivem muitas chagas da injustiça social.

Tardam a superar-se algumas das situações mais dramáticas decorrentes do processo global de descolonização, porque persistem muitas das causas, nomeadamente as interferências externas, que constituiram as suas perturbações maiores.

É certo que a realidade fica sempre aquém da utopia e os resultados são sempre mais modestos do que os objectivos.

É também é certo que, se muito ficou por alcançar, foi porque, há que reconhecê-lo, alguma coisa ficamos a dever a nós próprios.

Mas o que agora aqui me interessa salientar é que, para além da nossa própria experiência, do espaço concreto que é Portugal e do tempo preciso que é o desta "era pós-25 de Abril", numa sociedade dinâmica, os objectivos nunca são pontuais, nem definitivos. Há progressos e há retrocessos e, os avanços, quando se registam, mais não são do que etapas que precedem os avanços seguintes.

A nossa insatisfação, legítima embora, não implica que estagnemos, fixados nos ideais de há 20 anos, desatentos aos ideais que devem ser os de hoje.

Vão, neste sentido, os ensinamentos do passado.

Quando, da "era da Revolução Francesa", que percorreu todo o século XIX e a primeira metade do século XX, se passou à "era pós- Guerra 1939-45", aquilo a que podemos chamar os "valores da 1.ª geração" da era contemporânea, expressos na trilogia LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE, estavam longe de consolidados, e em certos países da Europa conheciam mesmo alguns recuos.

Tal não impediu, porém, que com a entrada na segunda metade do século XX, se passasse aos "valores da 2.ª geração", identificados com DIREITOS CÍVICOS, JUSTIÇA SOCIAL, ANTICOLONIALISMO. Conjunto de valores que, configurando um patamar mais avançado, incorporava, e dava um novo conteúdo, à Liberdade, à Igualdade e à Fraternidade da era anterior.

Foi este quadro de valores da 2.ª geração que, embora tardiamente, se impôs com o 25 DE ABRIL.

Mas os 48 anos da ditadura salazarista haviam arredado os portugueses da marcha da História, e obrigavam-nos, com o 25 DE ABRIL, a engolir etapas. Ao mesmo tempo que recuperavam os valores da 1.ª geração de que tinham sido violentamente privados, tinham de se bater pelos da 2.ª geração, que eram verdadeiramente os do seu tempo.

Liberdade e Direitos Cívicos, Igualdade e Justiça Social, Fraternidade e Anticolonialismo, conjugaram-se nos ideais motivadores da geração de Abril, que inspiraram o MFA e mobilizaram a generalidade dos portugueses, sintetizados na DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO, DESCOLONIZAÇÃO.

* * *

Perfilam-se agora, já, os "valores da 3.ª geração , que podemos enunciar numa nova trilogia, PAZ, SOLIDARIEDADE, AMBIENTE.

É, de novo, estes valores, capazes de mobilizar as vontades para os anos que temos pela frente, na luta por uma vida mais digna, são um progresso e contêm, implícitos, os valores das gerações precedentes, ainda não plenamente concretizados.

Detenhamo-nos neles, um pouco.

A PAZ. A paz, só tem sentido, se for entendida na sua verdadeira essência.

Não como a mera ausência de guerra.

Mas como a eliminação das verdadeiras causas da guerra, expressão máxima de todas as formas de violência, e que residem nas injustiças, geradoras da pobreza, da fome, da ignorância; que dão lugar à insegurança, à discriminação, ao ódio; que se traduzem na exploração de homens

Na capa:

Poster comemorativo do XXI Aniversário do 25 de Abril, da autoria da Arquitecta Manuela Ribeiro Soares

PEDIDOS DE REPRESENTAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES DO XXI ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

- ASSEMBLEIA MUNICIPAL ABRANTES - (Sessão Solene)
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - (Sessão Solene)
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOCHETE - (Sessão Solene)
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE - (Sessão Solene)
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS - (Sessão Solene)
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA - (Debate)
- ASSOCIAÇÃO ABRIL - LISBOA - (Convívio)
- ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DA SEG. SOCIAL - (Sessão Com.)
- ASSOCIAÇÃO JUVENIL OLHO VIVO - (Debate)
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE AMSTERDÃO - HOLANDA - (Convívio)
- ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DA AMORA - (Sessão Com.)
- ATENEU COMERCIAL DO PORTO - (Sessão Com.)
- BIBLIOTECA DO MUSEU DA REPÚBLICA E RESISTÊNCIA - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA - (Sessão Com.)
- CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA (Exposição, Espectáculo e Homenagem aos Perseguidos)
- CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA - (Inauguração Monumento 25 de Abril)
- CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIOLOS - (Sessão Com.)
- CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA - (Sessão Com.)
- CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE FARO - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS - (Sessão Com.)
- CÂMARA MUNICIPAL DE MORA - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE NISA - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA - (Sessão Com.)
- CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA - (Concerto)
- CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA - (Debate)
- CÂMARA MUNICIPAL DE V. NOVA DE FAMALICÃO - (Sessão Solene)
- CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO - (Colóquio)
- CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO - (Sessão Com.)
- CLUBE DE PRAÇAS DA ARMADA - (Convívio)
- CLUBE DE SARGENTOS DA ARMADA - (Sessão Com.)
- CLUBE MILITAR NAVAL - (Porto de Honra)
- CLUBE RECREATIVO BARROQUENSE - (Convívio)
- COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES EM ALCOBAÇA - (Convívio)
- COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL EM SANTARÉM - (Convívio)
- COMISSÃO DE TRABALHADORES DA C. G. D. - (Convívio)
- COMISSÃO DE TRABALHADORES DA EFACEC - (Convívio)
- COMISSÃO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA - (Convívio)
- COMISSÃO PROMOTORA DAS COMEMORAÇÕES NA ZONA ORIENTAL DE LISBOA - (Convívio)
- COOPERATIVA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE TORRES VEDRAS - (Convívio)
- COOPERATIVA DE CULTURA "A FILANTRÓPICA" - (Debate)
- DELEGAÇÃO DA A25A EM TORONTO - CANADÁ - (Convívio)
- EDITORIAL MOURA PINTO - COJA - (Sessão Solene/Pintura Painel)
- ESCOLA C+S ALMEIDA GARRETT - ALFRAGIDE - (Debate)
- ESCOLA C+S DA CRUZ DE PAU - (Debate)
- ESCOLA C+S DE BENAVENTE -(Debate)
- ESCOLA C+S DE QUEIJAS - (Debate)
- ESCOLA C+S DE SANTA MARIA DO ZÊZERE - (Debate)
- ESCOLA C+S MONTE DA OLA - (Debate)
- ESCOLA DO 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DA VENDA DO PINHEIRO - (Debate)
- ESCOLA EB 2,3 DA PÓVOA DE SANTA IRIA - (Debate)
- ESCOLA PREPARATÓRIA DE CONDE DE CASTELO MELHOR - POMBAL - (Debate)
- ESCOLA PREPARATÓRIA DE GRÂNDOLA - (Debate)
- ESCOLA PREPARATÓRIA DO CARTAXO - (Colóquio)
- ESCOLA PREPARATÓRIA MOISÉS ALVES DE PINHO - (Debate)
- ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA DAS AVES - (Debate)
- ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOAQUIM DE CARVALHO - F. DA FOZ - (Exposição)
- ESCOLA SECUNDÁRIA ELIAS GARCIA - CACILHAS - (Debate)
- ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO MENDES PINTO -ALMADA (Debate)
- ESCOLA SECUNDÁRIA GAMA BARROS - CACÉM - (Debate)
- ESCOLA SECUNDÁRIA HERCULANO DE CARVALHO -LISBOA (Debate)
- GRUPO PARLAMENTAR DO P. S. - (Homenagem a Salgueiro Maia)
- GRUPO SPORTIVO ADICENSE - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DA AMEIXOEIRA - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DA C. QUEBRADA E DAFUNDO -(Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DA FOZ DO DOURO - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DA VENTEIRA - (Sessão Com./Espectáculo)
- JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA/AJUDA/CAMPOLIDE/LAPA/PRAZERES/ST.ª ISABEL/ST.º CONDESTÁVEL - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DE ALHOS VEDROS - (Debate)
- JUNTA DE FREGUESIA DE AVINTES - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE CARNAXIDE (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE CUSTÓIAS - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA - (Sessão Com.)
- JUNTA DE FREGUESIA DE MONTARGIL - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE MOSCAVIDE - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DE PROENÇA-A-NOVA - (Sessão Com.)
- JUNTA DE FREGUESIA DE S. CRISTOVÃO - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA-(Descerramento de placa Salgueiro Maia no Polidesportivo)
- JUNTA DE FREGUESIA DE S.LOURENÇO AZEITÃO - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DE VALBOM - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DO BARREIRO - (Convívio)
- JUNTA DE FREGUESIA DO LAVRADIO - (Sessão Solene)
- JUNTA DE FREGUESIA DOS PRAZERES - (Convívio)
- JUVENTUDE SOCIALISTA DE MUGE - (Debate)
- PARTIDO SOCIALISTA - PÓVOA DE VARZIM - (Debate)
- SECÇÃO CONCELHIA DO P. S DA PÓVOA DE VARZIM - (Convívio)
- SESSÃO POLÍTICA DO P.S. DE TÁBUA - (Sessão Com.)
- SINDICATO DOS TRAB. DO MUNICÍPIO DE LISBOA - (Convívio)
- SOC. DE INSTRUÇÃO MUSICAL DE PORTO SALVO - (Sessão Com.)
- UNIÃO DE RESISTENTES ANTI-FASCISTAS - MONTEMOR-O-NOVO-(Debate)

COMEMORAÇÕES DO 21.° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Como era previsível, este foi um aniversário menos comemorado. Depois do grande esforço, do enorme envolvimento das diversas entidades nas comemorações dos 20 anos de Abril, verificou-se um natural abrandamento.

Como referimos no número anterior de "O Referencial", também a A25A promoveu, organizou ou participou em menos actividades comemorativas que em 1994 (cujas iniciativas ainda não terminaram, pois se mantém em curso a elaboração de duas publicações, ***O Diário da Liberdade*** e ***Comemorações dos 20 anos de Abril***).

Para além da difusão de uma mensagem alusiva à efeméride, que se transcreve, e da emissão da medalha e do cartaz e autocolante, assumiram relevo especial as provas desportivas e o convívio anual.

Quanto a este, procurou-se inovar e alargar o convívio pela noite dentro. A experiência, há que assumi-lo, não resultou. O que não significa que se considere que não se deva repetir. Mas, com outras condições. Vem-se discutindo a necessidade de alterar o tipo de convívio. Admite-se um jantar sentado, num local mais acolhedor. O que exigirá uma outra organização, nomeadamente com inscrições prévias. Agradecem-se, desde já, sugestões...

Salientam-se ainda alguns actos para os quais a A25A foi convidada a participar:

Sessão Solene da Assembleia da República, sendo o convite já habitual, saliente-se o facto de este ano a A25A ter sido saudada expressamente por alguns dos oradores;

Desfile Militar, o convite que nos fora dirigido em 1984 e em 1994 repetiu-se este ano. Bons sinais...

Homenagem a Salgueiro Maia, da iniciativa e responsabilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, teve lugar nas instalações do mesmo, antes da referida sessão solene. Com a presença da Direcção da A25A, usaram da palavra o Secretário Geral e o Líder Parlamentar do PS, bem como a Dr.ª Natércia Maia e o Presidente da Direcção da A25A.

De destacar ainda a iniciativa do senhor Presidente da República, que convidou para uma recepção alargada, em Belém no dia 25 de Abril, grande número de militares de Abril. Realce-se, nomeadamente, o facto de ser a primeira vez que o Presidente da República oferece uma recepção comemorativa do 25 de Abril, e para ela convidar militares de Abril.

Relativamente às comemorações populares, mais uma vez se realizou em Lisboa uma grande manifestação entre a avenida da Liberdade e os Restauradores. Aí falou, por indicação da A25A que para esse efeito foi convidada pelos organizadores, o nosso associado Pezarat Correia. Numa intervenção mais elaborada e "de fundo" que o habitual em comícios desta natureza, este militar de Abril soube prender a atenção e o interesse de grande parte dos muitos e muitos milhares de participantes que constituíram a multidão que, mais uma vez, demonstrou que em Portugal e em Lisboa se continua a regar os cravos de Abril.

V. L.

TORONTO

Mais uma vez os emigrantes portugueses residentes em Toronto, Canadá, quiseram ter consigo um militar de Abril para comemorar a revolução dos cravos Este ano, como as comemorações puderam ser feitas alguns dias depois da data libertadora, foi-me possível aceitar o convite que há já alguns anos me vinha sendo dirigido.

Em boa hora aceitei esse convite pois, tal como já me aconteceu junto de outras comunidades de portugueses no estrangeiro, pude constatar que muitos portugueses continuam a defender e a difundir os valores de Abril, mesmo que longe do seu país.

Este ano, muito naturalmente, a iniciativa do convite partiu da Delegação da A25A em Toronto, que tem menos de um ano de existência e está dando os primeiros passos

Ali pude constatar a existência de várias associações e clubes de portugueses e luso-canadenses, tendo verificado que duas outras associações promoveram actividades comemorativas do 25 de Abril, a Associação Democrática de Toronto e a Casa do Alentejo. Tendo-se a "First Portuguese Association", por motivos de obras nas suas instalações, associado às comemorações promovidas pela Delegação da A25A.

Para além do programa comemorativo organizado pela nossa delegação, que decorreu com elevada participação, que incluiu não só os associados da A25A mas também dirigentes de outras associações ,o cônsul de Portugal em Toronto e um luso-canadense deputado local, tive ainda o prazer de visitar aquelas duas outras associações de portugueses e aí contactar com muitos deles, comemorando a libertação de Portugal e dos portugueses do fascismo e do colonialismo. Contactos que mantive também através da comunicação social de expressão portuguesa na região.

Mais uma jornada de Abril em Toronto. Mais uma jornada, onde os portugueses se excederam na maneira altamente simpática e carinhosa com que acolheram e confraternizaram comigo, representante da A25A e embaixador dos valores da revolução dos cravos. A todos, os meus reconhecidos agradecimentos, a todos, a minha gratidão e a minha amizade, a todos, a minha solidariedade na defesa e manutenção dos ideais de Abril.

A todos, um grande abraço.

V. L.

"UM 25 DE ABRIL EM AMESTERDÃO"

Tal como o vem fazendo há já alguns anos a "Associação Portuguesa de Amesterdão" dirigiu à "A25A" um convite para a presença na Holanda, a 25 de Abril, de um militar de Abril. Acedi, obviamente com a maior satisfação, ao convite que para o efeito o Presidente Vasco Lourenço me dirigiu.

Faltava-me o conhecimento pessoal das motivações que poderiam levar emigrantes a festejar aquela data.

Mais, faltava-me mesmo perceber que real significado tal data teria para portugueses radicados no estrangeiro, já há data do evento.

Recordei assim a beleza de Amesterdão, onde aliás já tinha estado, enquanto fui invadido por emoções, que com a minha idade e os anos já de Democracia, não julgava possíveis. Festejar a liberdade em Portugal e desejar a sua prosperidade em Democracia, é um sentimento fácil de entender em delas usufrui ou pensa vir a usufruir. Já é difícil

(Continua na pág. seguinte)

MENSAGEM

25 DE ABRIL DE 1974. Nesse dia Portugal acordou para a liberdade e a democracia. Derrotado o fascismo e o colonialismo, criadas condições para terminar uma guerra sem sentido, que vinha consumindo o melhor da juventude portuguesa, abriam-se perspectivas para uma vida melhor.

Era o tempo de esconjurar um passado de opressão, autoritarismo e indignidade e de acreditar num futuro mais risonho, mais justo e mais solidário. Foi o tempo de sonhar acordado e tentar construir o futuro.

A liberdade, fundamento do regime de Abril, seria a mola fundamental da renovação da sociedade portuguesa e da realização dos sonhos acalentados.

Mas a liberdade, por si, não soluciona os problemas de uma sociedade. São os cidadãos munidos da liberdade como instrumento que transformam o sistema a que pertencem, que interferem nos caminhos do seu próprio destino, que se aproximam das soluções mais desejadas. Não há liberdade sem cidadãos, como não há cidadãos sem liberdade.

Ser livre, verdadeiramente livre, é talvez mais difícil do que o não ser. Por isso, devemos usar a liberdade para intervir, participar quotidianamente na mudança, na alternativa, na diferença. Empenhando-nos responsavelmente na construção do nosso futuro.

É porventura por não termos sabido usar devida e eficientemente a nossa liberdade que o Portugal de hoje, sendo embora um país bem melhor que há 21 anos, não corresponde ao que então ambicionámos. Muitos dos sonhos ficaram por realizar, muitos dos avanços sofreram recuos, muitas situações de injustiça e iniquidade se vivem hoje.

Para além do muito já feito, muito falta ainda fazer. É um facto incontroverso, mas, tal como só o 25 de Abril permitiu as mudanças feitas, só a manutenção e a prática dos seus ideais permitirá uma evolução positiva. Por isso, se impõe a reafirmação do nosso compromisso público com o regime democrático, na fidelidade aos valores da liberdade, da justiça social, da solidariedade, da tolerância.

Para a juventude de hoje os valores que estiveram na génese do 25 de Abril são dados adquiridos, fazem parte da sua vivência do dia-a-dia.

Ainda bem que assim é. Façamos votos e esforços para que assim continue a ser. Esforços que passam por uma pedagogia inteligente, aliciante, inovadora dos valores conquistados há 21 anos e do que significaria a sua liquidação.

A juventude, inconformada e generosa, procurará encontrar respostas para os seus anseios, para os seus problemas concretos, desde o crescimento acelerado do desemprego, às enormes carências na habitação, no ensino, na saúde, na segurança. Como anseia também e cada vez mais por uma vida mais sã, mais livre, onde cada um seja tratado como pessoa e não como um mero elemento de produção.

Estamos convictos que a solução desses problemas só será um facto se a juventude se apropriar do 25 de Abril e cultivar os seus valores fundamentais.

Assim, continuando a viver em liberdade e democracia, honraremos o acto fundador do regime democrático em Portugal e iremos construindo uma sociedade livre, democrática, justa, solidária, fraterna, tolerante, próspera e feliz. Como, ao formar o Movimento das Forças Armadas, os capitães de Abril então sonharam.

ABRIL, 1995

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

"UM 25 DE ABRIL EM AMESTERDÃO"

(Continuação da pág. anterior)

de entender, senão como uma manifestação de grande orgulho Patriótico, em quem aqui não voltará, nem as circunstâncias prevejam, que os seus descendentes o façam.

Percebi "de fora" a verdadeira força que aquela madrugada de Abril teve e tem. Vibrei quando no jantar comemorativo, naquela cidade das Túlipas, só vi cravos e dos lábios dos portugueses presentes só ouvi Grândola. Não tive frieza de espírito para discursar sobre o significado de Abril, como naturalmente a ocasião por formalidade impunha.

Recordando os soldados que tive, filhos de emigrantes e eles próprios emigrantes, que quizeram cumprir o seu dever militar para com a Pátria, só me ocorreu agradecer essa Força da Diáspora que tanto influenciou os capitães de Abril.

Já na viagem de regresso, ao percorrer de avião em minutos o território Nacional, me assaltou de novo a ideia de que há um Portugal bem maior do que aquele que se circunscreve no rectângulo que os meus olhos percorreram. Uma parcela encontrei-a ali em Amesterdão, naquela Associação, naquele presidente, Sr. Valdemiro Baioa, que tão bem soube quase sem palavras, mostrar-me como é fascinante continuar-se Português, para sempre, longe de Portugal.

Nuno Pinto Soares

Alguns aspectos do animado jantar com realce para os três compatriotas que confeccionaram integralmente a refeição

CORRIDA DA LIBERDADE

Quando na A25A se recebem de todos os cantos do país, os programas comemorativos da Revolução de Abril, constata-se que em todos eles a festa desportiva está presente. Isto quer dizer que o povo Português adoptou, decididamente, o desporto como meio privilegiado de festejar a data libertadora. Da recolha de notícias que se vai fazendo, constata-se, também, que muitos jovens tomam o seu primeiro contacto com o 25 de Abril nas realizações desportivas em que participam.

Não pode, portanto, a A25A, ela própria, deixar de incluir o desporto nas comemorações que organiza. Este ano, como vem sendo habitual, com a colaboração da C.M.L – pelouro do desporto e da FPCCR, realizou-se mais uma edição da CORRIDA DA LIBERDADE com partidas de cinco locais diferentes (com ligação simbólica à acção histórica de 25 Abril 74) e com chegada comum aos Restauradores.

Tratando-se já, de uma corrida tradicional da cidade de Lisboa, algumas alterações introduzidas a partir do ano passado, permitiram dar um salto qualitativo que melhorou muito a prova e o seu enquadramento,tendo também aumentado muito o número de participantes.

As duas últimas edições demonstraram que está desimpedido o caminho para que a CORRIDA DA LIBERDADE passe a ser a grande festa de Desporto, de Juventude e de Confraternização que Abril justifica.

Falta vencer o silêncio dos meios de comunicação. Vamos empenhar-nos em abrir brechas nesse muro.

A corrida deste ano foi organizada nos moldes experimentados no ano passado – corrida de confraternização e de festa como objectivo primeiro. Os resultados demonstraram que a medida foi acertada e que, quer a parte organizativa quer o sector técnico, souberam eliminar algumas deficiências que se verificaram na prova do XX Aniversário.

A organização das partidas (em cinco locais) foi cuidada e resultou bem; o acompanhamento rádio e a cobertura dos bombeiros, montados com a colaboração do Dr. Luís Horta (médico da prova), funcionaram sem falhas; o trabalho da PSP foi bom – o próprio comandante da Divisão de Trânsito esteve no local a verificar os resultados – para o que contribuiu a colaboração do sócio Cor. Nápoles Guerra na ligação com o dispositivo montado; o número de inscrições e de participantes (cerca de 1.500) correspondeu ao esforço de divulgação efectuado.

A partida da Pontinha foi acompanhada com uma largada de pombos e antes da chegada a fanfarra dos B. V. da Pontinha desfilou na parte final da Av. da Liberdade e evoluiu nos Restauradores.

A assistência foi numerosa e entusiástica. Não houve acidentes.

De destacar o trabalho do Dr. Luís Horta, do coordenador técnico Prof. António Figueiredo, da representante da F.P.C.C.R., D. Lurdes Mila, e do vogal do Desporto da J.F. da Pontinha Ângelo Santos.

São merecedores dos maiores agradecimentos as seguintes pessoas e entidades:

Prof. António Figueiredo - C.M.L.
Dr. Luís Horta - Hospital dos Capuchos
Prof. Balsinha - Ass. Port. de Deficientes
Superintendente Monteiro Lopes - PSP-Lx.
Ângelo Santos - J.F. Pontinha
Prof. José Abreu - Ass. Atletismo Lisboa
J. F. da Pontinha
J.F. CArnide
Águas do Vimeiro - Sr. Boavida e Sr. Pedro de Jesus
B. V. da Pontinha
B. V. da Ajuda
Cruz Vermelha Portuguesa
Cruz de Malta
Caparica C.B.
Pontinha C.B. - Ao cuidado da J.F. Pontinha
Associação de Atletismo de Lisboa
Federação Portuguesa de Atletismo.

FESTA JOVEM

Em conjunto com a C.M.A. e no seguimento do êxito do ano passado,realizou-se na tarde de 29 de Abril, no complexo Desportivo "cidade de Almada", a FESTA JOVEM.

Centenas de jovens ginastas (entre os 6 e os 12 anos) e algumas classes mais adultas, evoluíram no belo recinto da margem sul, perante numerosa assistencia, com a alegria e a importancia que os mais pequenos sabem imprimir a estes actos.

A forma como decorreram os trabalhos preparatórios e o festival em si permitem concluir que a FESTA JOVEM tem futuro,ficando, assim,mais uma porta aberta por onde muitos jovens poderão aceder,pelo desporto, aos valores de Abril.

A todas as pessoas e entidades que colaboraram de qualquer forma com as comemorações desportivas da A25A, aqui deixamos o nosso agradecimento.

Publicação do livro
Salgueiro Maia: Um Homem da Liberdade

Publicou a Editorial ASA um livro intitulado **Salgueiro Maia**: *Um Homem da Liberdade*, de António de Sousa Duarte e com prefácio de Mário Soares.

Na sua apresentação falaram pelo editor, Manuel Alberto Valente e, em louvor do biografado, Manuel Alegre.

São estes dois discursos que se publicam em virtude do grande interesse e actualidade que contêm.

DISCURSO DO EDITOR MANUEL ALBERTO VALENTE

Na nossa actividade de editores, existem livros que ultrapassam a mera condição de produtos comerciais, ou mesmo de projectos culturais, para se transformarem numa soberana afirmação do lugar que ocupamos e desde o qual, enquanto agentes sociais, nos propomos intervir. É esse o caso desta biografia de Salgueiro Maia que António de Sousa Duarte escreveu, que o Dr. Mário Soares nos deu a honra de prefaciar e que hoje aqui nos reúne quando falta praticamente um mês para o 21.° aniversário do 25 de Abril.

Se somos hoje uma democracia inserida na Europa, se gozamos desse supremo bem que é a Liberdade, devemo-lo antes de mais àqueles que como Salgueiro Maia tudo sacrificaram e nada ganharam em troca.

Salgueiro Maia foi um homem da Liberdade e a sua imagem no Largo do Carmo (esta mesma imagem que está hoje aqui diante de nós) ficará para sempre como o símbolo imperecível de uma juventude que teve a coragem de restituir a Portugal a sua dignidade de País livre, depois de 50 anos de ditadura, de atraso e de obscurantismo.

Morrem cedo aqueles que os deuses amam, diz-se – mas morrem também puros como as causas que serviram e quase sempre injustiçados pelos que depois se aproveitam do caminho que sem eles não teria sido possível.

É também por isso que a memória não se pode perder. Num tempo (este nosso tempo) em que algum revisionismo ideológico baralha a História e perde de vista certas verdades fundamentais, é urgente lembrar aos homens de hoje e dizer aos homens de amanhã quem foram aqueles que, há 21 anos atrás, abriram em Abril as portas do nosso futuro.

Salgueiro Maia é um símbolo – provavelmente o mais puro de todos. Mas ao lembrá-lo, lembramos também todos aqueles que estavam ao seu lado... alguns dos quais, não por acaso, estão hoje connosco nesta sala. Se somos hoje uma democracia inserida na Europa, se gozamos desse supremo bem que é a Liberdade, devemo-lo antes de mais àqueles que como Salgueiro Maia tudo sacrificaram e nada ganharam em troca.

Há poucos dias, numa crónica publicada em "El Pais", o filósofo espanhol Fernando Savater, defendendo a manutenção da distinção entre esquerda e direita, dizia esta verdade simples: ser de esquerda continua a significar não ser de direita. Ou seja: defender a memória da Liberdade, ser solidário com o Homem, afirmar a justiça contra os ínvios caminhos do sucesso a qualquer preço.

Salgueiro Maia foi (talvez sem com isso se preocupar) um homem de esquerda. Este livro é um livro que se reclama da memória da esquerda. Como diria Carlos de Oliveira, também ele um homem da Liberdade, a esquerda é aquele lado onde nos bate o coração. Que este "Salgueiro Maia" que hoje aqui nos reuniu contribua à sua maneira para que o nosso coração não deixe de bater.

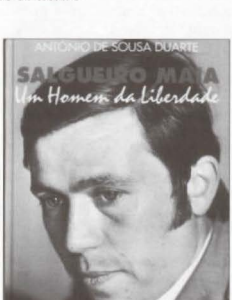
DISCURSO DE MANUEL ALEGRE

A edição deste livro é, em si mesma, um acto de cultura e de pedagogia.

Cultura da memória contra a estratégia do esquecimento.

Pedagogia da História e do civismo contra o regresso ao reino Cadaveroso da ignorância, da indiferença e da amnésia.

Felicito o Círculo de Leitores. E felicito sobretudo o autor, António de Sousa Duarte. O seu livro não é só uma excelente biografia de Salgueiro Maia; é também reportagem e



História. E até guião para o filme que falta fazer sobre o 25 de Abril. Li-o com um misto de paixão e angústia. Não sei se provocadas pela personalidade de Salgueiro Maia e por aquela "**ânsia de alegria e tragédia**" que, como muito bem diz o autor, marca toda a sua vida. Ou se por um certo sentimento que perpassa em todo o livro que não é só a frustração, por muitos de nós partilhada, de uma revolução perdida pelos seus próprios vencedores. Impressionou-me a leitura deste livro onde surge a completa e por vezes contraditória dimensão humana de Salgueiro Maia. António de Sousa Duarte dá-nos bem o perfil deste homem como tantos outros e como nenhum outro, comum, por vezes cinzento e, de repente, absolutamente incomum, excepcional e luminoso.

Livro perturbador e incómodo, fruto de um notável e rigoroso trabalho de pesquisa. Andamos com Salgueiro Maia desde o berço até à morte. Do seu nascimento em Castelo de Vide até ás últimas palavras que murmurou, ao telefone, num hospital de Londres, a sua mulher Natércia. Damos com ele os primeiros passos, vamos com ele até Valongo, onde seu pai, o ferroviário Francisco Silvério Salgueiro, é colocado. Acompanhamo-lo no dia 9 de maio de 1948 a Lisboa. Salgueiro Maia tem 4 anos

(continua na página seguinte)

(continuação da pág. anterior)

incompletos. Junto ao Jardim Zoológico, um autocarro atropela os pais. Estamos com ele quando ele vê a mãe morrer e fica só, desamparado.

Creio que este desastre o marca para sempre e explica talvez alguns traços estranhos e contraditórios do seu carácter. Um misto de reserva e exuberância, de timidez e espalhafato, de entrega e distanciamento, de rudeza e ternura, de alegria e tristeza. É uma maneira de ser que desde cedo se revela e que se acentuará com o crescimento e a maturidade. Dir-se-ia que haverá sempre algo de inacabado em Salgueiro Maia. Algo que está a mais e algo que lhe falta.

Quase se poderia falar, parafraseando Mário de Sá Carneiro, de míngua e de excesso.

É um corpo pequeno, uma cabeça grande, uma voz forte, sempre num tom acima do normal. Um olhar vivo, triste, ora concentrado, ora ausente. Em pequeno chamam-lhe cabeçudo. Será assim pela vida fora.

Andamos com Salgueiro Maia nas voltas da vida do pai, que entretanto voltou a casar com Maria Augusta, a quem Salgueiro Maia tratará sempre por "madrinha". Sabemos que não gosta de futebol e que prefere os jogos de guerra. Descobrimos algumas das suas manias, como por exemplo a de obrigar os amigos a lavar as mãos antes de brincar. E também o gosto de organizar e comandar, que cedo se manifesta. Entramos com ele na oficina do primeiro-sargento músico Joaquim Solano onde, segundo as suas próprias palavras, Salgueiro Maia "**delirava com aquela conjugação das fardas com a música**". Fazemos com ele a terceira e a quarta classe e vemo-lo matricular-se em 1955, com onze anos, no Colégio Nun'Álvares, em Tomar. Depois é o percurso normal de um rapaz como os outros. Ou talvez como mais nenhum. O despertar da vocação militar, os amigos, os estudos. Um chumbo no 5.° ano, quando os pais deixam Tomar e ele fica sozinho num quarto de uma casa-pensão. A ida com os pais para Pombal, a matrícula no Liceu de Leiria, onde faz o 6.° e 7.° anos.

A maior parte dos operacionais do quadro do 25 de Abril sairá precisamente dos cursos de 1963 e 1964. Salgueiro Maia representa um novo tipo de oficial, uma nova mentalidade.

Pombal vai ter uma grande importância. Ele próprio diria: "Pombal é talvez o local do meu segundo nascimento, pois foi aí que rompi a casca, para viver noutra dimensão".

O chumbo na primeira tentativa de ingresso na Academia Militar constitui, para Salgueiro Maia, depois da morte da mãe, o segundo grande trauma da sua curta vida. Mas mais uma vez ele vai vencer-se a si próprio e acaba por entrar na Academia Militar, a 6 de Outubro de 1964.

Assinalo a data, porque é importante. Passaram já três anos desde o início da guerra colonial. A Academia Militar tinha sido até então "uma instituição fechada e elitista". A guerra vai forçá-la a abrir as suas portas a rapazes de condição social mais modesta. Pela primeira vez vão entrar na Academia Militar filhos de operários e de empregados. Não já uma casta militar, aristocrática ou da alta burguesia. Mas gente comum, saída do Povo. Ora isso vai ter uma importância decisiva no futuro do País. A maior parte dos operacionais do quadro do 25 de Abril sairá precisamente dos cursos de 1963 e 1964. Salgueiro Maia representa um novo tipo de oficial, uma nova mentalidade. Ele vem do povo e será por isso muito mais sensível à sua vivência, à sua realidade e às suas aspirações.

Salgueiro Maia tem uma frase estranhamente premonitória: *"Havia de ser bonito... Eu pela Avenida da Liberdade abaixo até ao terreiro do Paço".*

Não quero prejudicar o editor e não vou, portanto, contar o livro.

Direi apenas que o autor nos dá com rigor e inteligência o processo de transformação psicológica e política de um jovem que termina o curso cheio de ilusões, parte para a guerra com a convicção de que vai lutar por uma Pátria multirracial e multicontinental, demonstra no teatro de operações, primeiro em Moçambique, depois na Guiné, excepcionais capacidades de comando, organização e decisão, uma rara e genial vocação de cabo de guerra; e depois, pouco a pouco, no contacto com os milicianos e a dura realidade, vai compreendendo que Portugal está submetido à mais velha ditadura da Europa, internacionalmente isolado e moralmente atolado numa guerra sem saída e sem sentido.

Numa primeira conversa, ainda em Moçambique, com o então tenente Baptista da Silva, sobre a necessidade de mudança do regime, Salgueiro Maia tem uma frase estranhamente premonitória: "**Havia de ser bonito... Eu pela Avenida da Liberdade abaixo até ao terreiro do Paço**".

Como se, no mais fundo de si mesmo, ele soubesse que era essa a missão da sua vida. E é o que impressiona em Salgueiro Maia: por um lado o homem comum, por outro em sentido profundo de História e de destino.

Na guerra, sobretudo na Guiné, para além da partilha do perigo e da camaradagem, do gosto do trabalho bem feito e do dever cumprido, há também a partilha de outras descobertas: a liberdade, o ideal revolucionário, o sonho de libertar e transformar Portugal. Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, as canções proibidas ouvidas e cantadas com os seus homens em plena guerra. E é para mim motivo de muito orgulho que um exemplar da Praça da Canção, publicada há trinta anos, tenha feito parte da biblioteca mais íntima de Salgueiro Maia.

O resto sabe-se. Mas António de Sousa Duarte dá-nos um dos mais completos, senão o mais completo e conseguido relato do 25 de Abril. Desde a eleição na Guiné, a 28 de Agosto de 1973, da primeiríssima Comissão do Movimento, com os Capitães Almeida Coimbra, Matos Gomes, Duran Clemente e António Caetano, até àquela que viria a ser a última reunião do Movimento dos Capitães, realizada a 5 de Março de 1974, no atelier do arquitecto Braula Reis, em Cascais, com a presença de 200 oficiais dos três ramos das Forças Armadas. Sem esquecer o terramoto provocado pela publicação de "Portugal e o Futuro" do então general António de Spínola e a sua consequente demissão, bem como do general Costa Gomes. Passando pela eleição, na Costa da Caparica, da Comissão Coordenadora e alguns dos principais protagonistas do Movimento, Otelo, Vasco Lourenço, Vítor Alves, Manuel Monge, o 16 de Março, Melo Antunes e a redacção do Programa. Até pequenos e significativos episódios, como quando Vasco Lourenço e Otelo, no regresso de uma reunião

(continua na página seguinte)

(continuação da pág. anterior)

promovida por Salgueiro Maia, em Aveiras de Cima, têm um furo; enquanto mudam o pneu, Vasco Lourenço, naquele seu jeito habitual, resmunga: "Isto já não vai com abaixo-assinados".

E de facto não foi.

A 17 de Abril, Otelo chama Salgueiro Maia a Oeiras e entrega-lhe a missão operacional do 25 de Abril.

Salgueiro Maia tem um papel decisivo. É ele que, em grande parte, assegura o triunfo da revolução. Peço licença para lembrar o que sobre ele disse, há cerca de um ano, em Santarém:

"Toda a sua vida foi como que uma preparação profissional e espiritual para um dia, um gesto, um acto decisivo. Como os heróis do Teatro Grego ele estava destinado a aparecer em cena para desencadear a acção, mudar a vida, depois retirar-se e entrar discreta e directamente na História.

Era um homem marcado para uma missão, uma causa, um destino – Portugal.

*Como diria Fernando Pessoa "**claro no pensar no sentir e claro no querer**". A sua vida cumpriu-se num só dia. E esse dia foi o dia das nossas vidas.*

Da arrancada de Santarém à capitulação da Ditadura, no Quartel do Carmo.

Mas o momento supremo, aquele que verdadeiramente decidiu o destino da revolução, foi esse momento absoluto e raro em que, de granada de mão no bolso, Salgueiro Maia conseguiu a rendição do comandante de Cavalaria 7, que dispunha de forças e meios superiores.

Com esse gesto de uma coragem e de uma beleza sem par, Salgueiro Maia garantiu o triunfo da Revolução de Abril.

Foi um só gesto – mas esse gesto pôs fim a meio século de tirania.

Foi um só momento – mas esse momento já é História.

Um gesto e um momento que fizeram de Salgueiro Maia o novo condestável da liberdade portuguesa. Actos assim pertencem à lenda e ao imaginário de um povo; mas nunca são perdoados pelos medíocres."

Sobre a acção de Salgueiro Maia no dia 25 de Abril, escreveu, melhor do que ninguém, Francisco Sousa Tavares:

"Maia era um chefe nato e dele emanava a força serena dos homens habituados a dominarem-se e, sendo preciso, a dominar os outros"

Dominou calmamente, no Terreiro do Paço, o tenente-coronel Ferrand de Almeida, dominou o brigadeiro que se lhe quis opor e, pela calma fixa do seu olhar, dominou um a um os homens que receberam ordens para disparar sobre ele. No Carmo dominou tudo e todos; dominou a guarda, dominou o Governo, dominou os ministros que choravam, dominou a multidão e dominou o ódio colectivo dos que gritavam vingança. E dominou o tempo e a vitória que veio ter com ele, obediente e fascinada."

Este homem que, com tal serenidade e determinação, muda a vida de um País e de um povo, nada quer para si. Nem poder nem aplausos. Natércia, sua mulher, chega a ralhar com ele pela forma desabrida como responde às pessoas que na rua o saúdam, lhe agradecem e lhe batem palmas.

Maia limita-se a dizer, com rudeza: **"Ora, fiz apenas o que tinha de ser feito"**.

Depois são as contradições da Revolução, a euforia e o desencanto, a festa e o seu avesso, a anormalidade e a normalização.

E o desapêgo, o desprendimento, a independência de espírito de Salgueiro Maia. Algo que, no reino do compadrio, não se perdoa nunca.

E vem o que será, talvez, o terceiro grande trauma, antes do último: a sua colocação nos Açores. Então não se resigna e diz a Vasco Lourenço:

"Caramba, não quero nem quis distinções, não quero nem quis homenagens, não quero nem quis aparecer nos jornais. Mas também não quero que me lixem desta maneira".

Mas a verdade é que será mesmo "lixado". Ele e muitos outros que fizeram o 25 de Abril.

Salgueiro Maia chega a pensar no exílio e desabafa: **"Qualquer dia sou acusado de implicação no 25 de Abril."**

E aqui há uma pergunta que não pode deixar de ser feita: como é possível que tal tenha acontecido? Como é possível que todos nós, militares e civis de Abril, o tenhamos, por omissão ou distracção, consentido?

Pensando no que sucederia depois, com a recusa de atribuição de uma pensão vitalícia, eu creio que todos nós, por isto ou por aquilo, estamos hoje na situação em que então se sentia Salgueiro Maia. Todos nós, incluindo o próprio Presidente da República, que é um homem da resistência e da revolução, somos mais ou menos vistos como implicados no 25 de Abril.

Finalmente: António de Sousa Duarte relata com impressionante detalhe o último combate de Salgueiro Maia: contra a doença e contra a morte.

É um combate que mesmo um herói não consegue vencer. Mas no qual ele se mostra igual a si mesmo: corajoso, resoluto, disposto a lutar até ao fim, procurando poupar ao máximo a mulher e os filhos.

É outra faceta do heroísmo. Menos visível, mas talvez mais difícil e mais reveladora do carácter e da alma de um homem.

Os diferentes períodos da vida de Salgueiro Maia são inteligentemente enquadrados por notícias que reconstituem o clima da época e que vão da política ao desporto, da música ao boletim meteorológico. É uma hábil e bem conseguida recuperação do tempo, dos seus grandes e pequenos acontecimentos, das suas modas, das suas vedetas, dos seus tiques.

Neste seu livro, António de Sousa Duarte acentua até ao extremo a amargura e a desilusão de Salgueiro Maia.

Eu concordo e discordo.

Comecemos pela discordância: o 25 de Abril não pode ser visto como uma revolução falhada. O acto libertador de Salgueiro Maia e dos capitães de Abril transformou de facto Portugal. Não só no plano político, mas também no plano social. A democracia foi institucionalizada e Portugal é hoje um país muito diferente do que era. As transformações políticas e sociais são irrecusáveis. E são uma vitória do 25 de Abril, de Salgueiro Maia e dos seus camaradas de armas.

"Caramba, não quero nem quis distinções, não quero nem quis homenagens, não quero nem quis aparecer nos jornais. Mas também não quero que me lixem desta maneira".

Já tive ocasião de dizer que há um problema de regime em Portugal. Alguns dos beneficiários políticos da democracia não se reconhecem na sua matriz fundadora.

(continua na página seguinte)

(continuação da pág. anterior)

É o que ficará na História. Não a pequena política de gente pequena.

Mas há um ponto em que compreendo Salgueiro Maia e partilho uma amargura que não é só dele.

Os valores culturalmente dominantes não são nem os valores da resistência nem os valores do 25 de Abril. Por isso eu disse que a revolução do 25 de Abril tinha sido uma revolução perdida pelos seus próprios vencedores.

Não é só o facto de não terem recebido o devido reconhecimento nacional. É o facto de serem vistos e tratados como implicados no 25 de Abril.

Foi isso que amargurou Salgueiro Maia.

É também o que me amargura.

Já tive ocasião de dizer que há um problema de regime em Portugal. Alguns dos beneficiários políticos da democracia não se reconhecem na sua matriz fundadora.

Não é por acaso que não andam de cravo vermelho no dia 25 de Abril. Não foi por acaso que não estiveram no enterro de Salgueiro Maia. Nem foi por acaso que se atribuiu a dois agentes da Pide a pensão vitalícia recusada a Salgueiro Maia.

A cultura política dominante não é uma cultura abrilista. Por isso o culto da amnésia, os atentados à memória e as tentativas de branqueamento do regime a que seraficamente se chama "regime anterior".

Salgueiro Maia foi talvez um dos primeiros a perceber que os valores do 25 de Abril estavam a ser substituídos por uma espécie de marcelismo recauchutado.

Nesse sentido, nós estamos todos a perder a revolução que ajudámos a triunfar e que tem em Salgueiro Maia o seu principal símbolo.

Pessoalmente, eu não aceito, como Salgueiro Maia não aceitou, que me chamem "paleolítico" por todos os anos participar no desfile do 25 de Abril.

É preciso não ter medo dos ideólogos de serviço, dos pensadores arregimentados ou dos que se curvam às conveniências e às modas do momento.

É preciso fazer-lhes frente. Mesmo que sejam directores de jornais, colunistas de renome ou comentadores encartados de televisão.

A fidelidade ao que Salgueiro Maia representa obriga-nos a não ser abrilistas envergonhados. Obriga-nos a ter a coragem e o orgulho dos nossos valores. E obriga-nos, como se procura fazer neste livro, a repor a verdade e a memória.

21 de Março de 1995

Manuel Alegre

OS SARGENTOS NA HISTÓRIA DE PORTUGAL

De Vaza Pinheiro

O interessante livro que o nosso associado Vaza Pinheiro dedicou ao estudo da influência dos sargentos na História de Portugal, tem como principal objectivo defender a tese que os sargentos não têm tido ao longo da história o reconhecimento da importância dessa influência, por quem tem escrito a História deste País.

Embora de acordo com essa tese em geral, é necessário ter presente que o actual conceito de sargento, nele incluindo todos os postos militares situados entre os dos oficiais e os das praças, já não corresponde exactamente a uma classe intermédia entre aqueles que em princípio devem comandar e a grande massa dos que executam as tarefas militares. A crescente especialização e complexidade das tarefas leva a que as funções de comando e de execução extravasem das habituais fronteiras de acção de uns e de outros.

Igualmente deve ser recordado que a designação de sargento-mor correspondeu em certos períodos da nossa história a um posto na hierarquia militar que dificilmente pode ser conotado com os actuais sargentos, demonstrando como é por vezes perigoso dar o mesmo valor a designações que evoluiram no tempo e no espaço. Por exemplo, já houve períodos em que o marechal-de-campo era um posto inferior ao de tenente-general, sem que se possa daí retirar a conclusão que os actuais generais perderam importância em relação aos marechais! Ou ainda, hoje em dia em Itália e em França os "marechais" tanto podem ser a mais alta hierarquia militar como o posto mais elevado entre os sargentos, sendo a única diferença uma designação suplementar.

Ainda um aspecto em que não podemos concordar com o Autor é o que diz respeito às referências algo dubidativas de que se faz eco em relação à actuação de Machado dos Santos durante a proclamação da República.

Da mesma forma que ninguém contesta a importância única que tiveram os sargentos no 31 de Janeiro de 1891, também não é justo que se ponha minimamente em dúvida a acção decisiva que teve Machado dos Santos na proclamação da República. Ainda por cima quando ele, no seu relatório sobre a Revolução Portuguesa de 1910, curiosamente não citado na bibliografia indicada pelo Autor, se refere aos nove sargentos que o acompanharam na Rotunda como devendo ter os seus nomes gravados em letras de ouro na história nacional!

F.C.

COMUNICADO

Era inevitável. Há algum tempo já, tudo apontava para o agudizar de posições e para mais drásticas consequências. Que, basta pensar na evidência de ter havido actos premeditados e no volume das forças utilizadas, apesar de graves, poderiam ainda ter sido bem mais dramáticas.

A morte de mais um cidadão português, cuja única causa foi a cor da sua pele, impõe-nos uma tomada de posição pública, de condenação inequívoca a tais actos assassinos e de exigência de responsabilização dos seus autores. Mas impõe-nos também uma reflexão sobre os porquês de tal situação e de tais actos.

Isso, porque não se podem aceitar atitudes tipo "encolher de ombros", argumentando com o crescimento de ideologias fascistas e racistas no mundo ocidental para justificar situações semelhantes que se vêm verificando no nosso país. Acrescidas de piedosas declarações dos responsáveis, quando confrontados com os resultados da sua inépcia e incapacidade, para não falar mesmo em conivência.

Por isso, a nossa condenação a atitudes contrárias à tolerância e à solidariedade que as próprias Nações Unidas se esforçam por defender e protagonizar em 1995, a nossa veemente e total condenação a actos de violência e cobardia que os fascistas e os racistas protagonizam, a nossa repulsa por actos assassinos praticados a coberto dessa cobardia, terão que assentar na luta contra as causas e os suportes dessas situações e na exigência de uma actuação contra os seus responsáveis.

Manifestamos por isso a nossa condenação à defesa dos valores da guerra, como alguns saudosistas de Salazar e Caetano tiveram o desplante de protagonizar no passado dia 10 de Junho. Como manifestarnos a nossa condenação ao apoio que as entidades oficiais, de uma forma ou de outra, vêm dando à criação de situações que permitem que os mesmos se sintam já com coragem para, publicamente e com enorme cobertura da comunicação social, tentarem inverter situações e apelidarem de traidores os que, atempadarnente, souberam ver a injustiça e a sem razão da guerra colonial e lhe deram luta, a ela e aos que a impunham aos portugueses.

Manifestamos também a nossa incompreensão e a nossa condenação aos responsáveis pela atitude de complacência e de tolerância para com os autores de outros crimes racistas e xenófobos que permite que estes não sejam julgados, ou condenados ou então consigam fugir da prisão.

Como igualmente manifestamos a nossa incompreensão pela não actuação dos serviços de informação e das forças de segurança. A situação não é de hoje e, por isso, não se admitem surpresas como as que se verificaram. Nomeadamente, se os principais responsáveis políticos passam a vida a dizer que está tudo sob controlo...

Não podemos, também, calar-nos perante o crescimento acelerado de um sentimento de insegurança que a população vem "ganhando" e que poderá abrir a porta a inaceitáveis soluções de democracia mais ou menos musculada. É que não são só as ditas altas entidades que necessitam de protecção e segurança, como porventura se poderá pensar, ao ver que os meios para essa actividade não têm parado de aumentar.

A Associação 25 de Abril, ao apresentar publicamente a sua solidariedade aos familiares de Alcindo Monteiro, apela à participação nas manifestações de pesar e condenação dos actos que se passaram, no sentido de que as mesmas sejam pública demonstração de que *Portugal é um país livre, solidário e tolerante*, onde tais atitudes não são admissíveis.

Linda a Velha, 14 de Junho de 1995

A Direcção

PASSAPORTE EUROPEU CONTRA O RACISMO

O Passaporte Europeu Contra o Racismo é um documento de responsabilização social, da iniciativa da CIVITAS e Acção Jovens - CIVITAS, divulgado em 1994. Sendo um documento de identificação simbólico, é "vendido" pelo preço de 2$50 (dois escudos e cinquenta centavos), quantia que se destina a qualquer fim escolhido pela entidade que o vende, na linha da promoção e defesa dos direitos humanos. Pretende-se que a pessoa que o compra e o assina, assuma um compromisso de honra denunciando qualquer acto de racismo, queixando-se quando dele é vítima e sobretudo se obrigue a criar um clima social em que o racismo não tenha lugar.

No Ano Internacional da Tolerância a Associação 25 de Abril colabora com a CIVITAS, Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, na difusão do Passaporte Europeu Contra o Racismo.

Como refere Frederico Mayor, é essencial darmos, todos nós, um novo sentido à palavra tolerância e aceitamos que a nossa capacidade de valorizar cada pessoa é a base ética da paz, da segurança e do diálogo intercultural.

Um futuro de paz depende dos nossos actos e gestos quotidianos. Praticamos a educação para a tolerância nas nossas escolas, nos bairros, nos lares, nos lugares de trabalho e, sobretudo, nos corações e nos espíritos.

Assim, continuaremos Abril.

SEDE

Continuam em curso e em bom ritmo as conversações com a Secretaria de Estado da Cultura para concluir e acertar no protocolo de cedência das instalações para a futura sede da A25A. Protocolo que incluirá as verbas necessárias à reconstrução do edifício e que contamos assinar, em cerimónia pública, ainda durante o presente mês de Junho.

Depois... bem, depois, *se tivermos capacidade e não houver novos atrasos, contamos iniciar as obras ainda durante o ano de 1995*. E terminá-las durante 1996. Estamos a sonhar, a delirar? Francamente, penso que não. E não é o sonho que comanda a vida?. . .

V. L.

COMUNICADO DA A25A

Está anunciado para o próximo dia 13 a realização do casamento do senhor Duarte Pio de Bragança. A esse propósito e a coberto do mesmo, vem-se assistindo a uma autêntica campanha de propaganda da chamada "causa monárquica".

Se não questionamos o direito de produzir e usufruir da promoção e exploração mediática do que lhes apraz, quer ao cidadão Duarte Pio; quer aos meios privados de comunicação social que assim procuram proventos, o mesmo se não pode afirmar em relação ao envolvimento ou simples cobertura de serviços públicos, estruturas e órgãos da República em acções que procuram pôr em causa o regime constitucional vigente.

Não discutindo o direito de qualquer cidadão obter apoios e convidar para o seu casamento as pessoas que entender, consideramos nosso dever apresentar público protesto contra o possível envolvimento de estruturas do Estado, contra o apoio que a R.T.P., propriedade do Estado Português, vem dando ao acontecimento e, nomeadamente, contra a possível participação nas cerimónias dos mais altos dignitários da República Portuguesa.

Linda a-Velha, 10 de Maio de 1995

A DIRECÇÃO

AINDA AS O.G.M.A.

Chegou ao fim o inquérito parlamentar aos casos OGMA. Não pretendo aqui analisar a natureza dos inquéritos parlamentares e a imposição do voto sobre as conclusões... Isto porque a prática do parlamento desacreditou já por completo todos e quaisquer inquéritos parlamentares, onde impere a lei da maioria... Tal como os desmentidos que o tempo fez a posições oficiais e públicas da PSP sobre alguns incidentes graves verificados, provocaram que não se acredite mais em qualquer comunicado público que a mesma faça, enquanto tiver a mesma direcção e a mesma orientação política, também a Assembleia da República pode nomear as comissões de inquérito que quiser que, enquanto não alterar as regras de funcionamento e a postura do passado, ninguém irá acreditar nas conclusões tiradas...

Perante os resultados deste inquérito, como militar – mesmo que na reforma – não posso deixar, no entanto, de tomar uma posição pública. Como é possível o poder político ousar humilhar a instituição militar, como acaba de acontecer? Como é possível aos responsáveis políticos ousarem "sacudir a água do capote" e deitar as responsabilidades para cima dos militares, quando se sabe que os referidos responsáveis políticos estavam a par de tudo e nada foi feito sem o seu total conhecimento? E como é possível os responsáveis militares "engolirem" essa situação, sem pôr os pontos nos is? Ou, pior ainda, "sacudindo igualmente a água do seu capote" e descarregando para baixo?

Sim, eu sei que a sobrevivência impõe que se "engulam alguns sapos"! Sei que, hoje, nas Forças Armadas os valores e as virtudes militares são cada vez mais uma imagem do passado! Sei que, em consequência, aí grassa a incompetência, de que a operação S. Miguel foi apenas um pequeno exemplo!

Tudo isso é um facto, mas aqui fica o meu grito de alerta: parem, enquanto é tempo! Responsáveis políticos e militares, parem que o perigo está iminente! Uma Nação precisa de instituições válidas e fortes! As Forças Armadas são uma dessas instituições, principalmente em nações como a portuguesa, com o seu passado histórico. Uma democracia precisa de Forças Armadas subordinadas ao poder político. Mas de Forças Armadas prestigiadas e não humilhadas! Se assim não for, será a democracia que poderá vir a estar em causa! E, como os exemplos até são muitos, os cuidados nunca serão demais!...

V. L.

CENAS DE UM CASAMENTO

Através de um pequeno apontamento publicado no "Diário de Notícias", de 12 de Maio, tive conhecimento de que, a propósito do casamento de D. Duarte Pio, a A25A difundira um comunicado protestando contra "o possível envolvimento de estruturas do Estado", contra "o apoio que a R.T.P. ..... vem dando ao acontecimento" e contra "a possível presença nas cerimónias dos mais altos dignatários da República Portuguesa".

Tomei conhecimento e fiquei surpreendido. Considero-me profunda e convictamente republicano mas não entendo como foi possível à Associação assumir tal posição pública.

Era óbvio que o casamento se transformaria em facto político a ser devidamente explorado pelos monárquicos. Estes não poderiam perder a oportunidade que lhes era proporcionada, transformando-a em período de campanha das suas ideias. E num país democrático tal é perfeitamente legítimo.

Mas era, também, evidente que tudo isso não passaria de uma manifestação de folclore político, sem constituir nenhum perigo para a estabilidade do regime republicano.

Por isso, qualquer atitude pública, quer de apoio ou de participação no acontecimento quer de repúdio, serviria apenas para valorizar um facto sem qualquer relevância institucional que rapidamente se desagregaria no esquecimento.

Assim, do meu ponto de vista, são equivalentes as tomadas de posição da Associação, os apoios ocorridos e a participação de altos dignatários. Tudo contribuiu para conferir importância àquilo que a não tinha. E ao assumir uma atitude de perfeito fundamentalismo republicano e ao arvorar-se em defensora da República, à boa maneira dos velhos e respeitáveis vultos de 1910, a A25A cobriu-se de ridículo. Pelo menos segundo o meu entendimento, pois teria sido bem melhor não se envolver numa polémica desprovida de sentido.

Para mim é lamentável que tenha agora havido a preocupação de sair a terreiro quando tal não se verificou perante a ocorrência de factos realmente preocupantes ou, pelo menos, reveladores de uma postura não democrática ou não isenta.

Que sucedeu à Associação quando o Conselho das Ordens Honoríficas recusou a Ordem da Liberdade a Palma Inácio apenas, ao que parece, pelo facto de o Marechal Spínola manter ainda a sua posição de há vinte e um anos segundo o qual aquele lutador antifascista mais não é do que um criminoso de delito comum por haver assaltado a agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz? O silêncio foi total!

Igualmente não se assumiu qualquer posição quanto à atitude do P.S. ao ver-se envolvido na polémica da transparência. Anteriormente o Partido Socialista defendera uma abertura total sobre o problema. mas, ao serem confrontados com uma atitude mais radical do P.S.D. (que englobaria a revisão dos vencimentos, regalias e incompatibilidades dos deputados), aqueles que se apresentam como futuros governantes do país recuaram rapidamente. Transparência sim, mas não tanta. E perante esta duplicidade de comportamento, atentória da dignidade e da credibilidade políticas, o que fez a Associação? Calou-se comodamente!

O caso das O.G.M.A. é, ainda, mais escandaloso. Como Comandante Supremo das Forças Armadas e antigo Primeiro Ministro, o Presidente da República não pode alegar desconhecimento do que se passou. Mas, na cadeia hierárquica implicada no caso, definiu arbitrariamente um nível de responsabilidade que atingiu apenas alguns militares e deixou de fora o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e os políticos. Porquê? Apenas para "comer ao pequeno almoço" mais um general de quatro estrelas?

E a A25A não reagiu publicamente, através de qualquer comunicado, perante a culpabilização das chefias militares quer face à não recondução do Chefe do Estado Maior da Força Aérea (arrastado em alucinante intriga política) quer no caso do "S. Miguel", onde o máximo responsável militar das Forças Armadas não teve coragem moral e física para apresentar a demissão e se limitou a pôr o lugar à disposição do Governo. É por estas e por outras que a dignidade dos militares é cada vez menos considerada na sociedade civil. Mas a A25A cala-se e pactua!

Talvez se compreenda agora que eu tenha por perfeitamente ridículo o comunicado sobre o casamento de D. Duarte Pio quando o silêncio imperou em situações importantes que puseram em causa a respeitabilidade de instituições militares e civis. Mas também talvez eu esteja errado e seja muito mais grave e preocupante o futuro herdeiro do pretendente ao trono português do que a falta de dignidade, de viril responsabilidade e de isenção moral e cívica daqueles que ocupam posições cimeiras nesta República que se sente ameaçada e ultrajada com o casamento de um dos seus cidadãos.

Nuno Fisher Lopes Pires

POSIÇÃO DA DIRECÇÃO DA A25A

Decidiu o nosso associado Nuno Fisher Lopes Pires criticar a direcção da A25A por algumas atitudes, activas ou passivas, que a mesma protagonizou. Não gostaria a direcção de entrar em polémica com este nosso associado e de comentar estas suas opiniões – que estão, de resto, na linha de outras que o levaram a radicalizar posições e que estiveram, aliás, na origem da sua auto-demissão – quer pela consideração e amizade que o mesmo nos merece, quer pelos problemas de saúde que vem atravessando já há algum tempo.

Sem pretendermos entrar em pormenores, não podemos deixar de acentuar que a direcção da A25A apenas decidiu tomar posição pública sobre o que envolveu o "casamento real" porque considerou que as instituições da República Portuguesa, nomeadamente os orgãos de soberania, não deveriam envolver-se ou pactuar com acções de promoção de um regime contrário à Constituição Portuguesa. Não considerámos, nem consideramos agora, a nossa atitude fundamentalista ou típica de 1910, nem tememos que os acontecimentos em causa se pudessem constituir em perigo para a estabilidade do regime republicano. Considerámos sim, e continuamos a considerar, que existem barreiras que não devem ser ultrapassadas, por mais que se goste do folclore criado...

Relativamente aos outros assuntos focados pelo nosso associado, onde nos acusa de nada fazer, diremos apenas que, por mais importantes e graves que os consideremos, não lhes demos a importância institucional que conferimos ao primeiro referido, tendo-os tratado da maneira e através dos meios, nomeadamente em "O Referencial" ou junto dos visados, que considerámos mais apropriados...

Lamenta a direcção ter-se visto na necessidade de assumir esta posição pública. Procurará não voltar ao assunto.

Como responsáveis pela condução da A25A (associação cultural e cívica, composta por militares e civis) reafirmamos a nossa total determinação em continuar a pugnar pela defesa dos seus fins, mantendo vivos os valores e os ideais de Abril, não pactuando com situações que julguemos contrárias aos mesmos, ainda que consideremos nem sempre ser necessário recorrer a tomadas de posições oficiais e públicas. Como, aliás, o nosso associado Nuno Fisher Lopes Pires sabe, por conhecimento próprio, como antigo membro da direcção da A25A. Não tendo nós presente que, então, alguma vez ele tivesse visto recusada qualquer proposta sua para que se assumisse uma determinada posição pública...

A Direcção da A25A

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA... ou COERÊNCIA, SEMPRE.

Na passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, assistimos, como vem sendo habitual, a declarações públicas e pomposas, de ***todos*** os responsáveis políticos que se pronunciaram, sobre o respeito e consideração que aos militares de Abril é devido, da parte dos portugueses democratas e amantes das liberdades. Como igualmente assistimos a declarações de contrição sobre os "maus tratos" a que os mesmos vêm sendo sujeitos nestes últimos 21 anos, e à reafirmação da vontade de rectificação da situação daí resultante.

No afã "normal" em época de eleições, quis a maioria parlamentar, mesmo recuperando ideias alheias, dar uma imagem de ética e transparência, como que pretendendo convencer o eleitorado de que "está bem, somos culpados de muita coisa, mas votem em nós que, agora que o professor vai embora, tudo será diferente, para melhor..." E daí, foram à discussão da "legislação relacionada com as questões de Ética e Transparência da Vida Política"!

Na passagem do futuro aniversário do 25 de Abril, voltaremos a assistir a piedosas declarações. Com os *pides* a continuar a receber pensões, por feitos relevantes ...

Ainda que pouco ou nada confiante, decidi enviar uma carta ao presidente da comissão parlamentar criada para esse efeito (que se transcreve), chamando a atenção para uma situação de discriminação em que se encontram os militares de Abril que, como tal, ocuparam cargos em orgãos de soberania.

O resultado é já do conhecimento público: apesar de o dr. Alberto Martins ter dado conhecimento da carta a todos (que razões terão levado a que toda a comunicação social, que teve igualmente conhecimento da carta, tivesse silenciado a existência da mesma?), esta não produziu quaisquer resultados. Confesso que ainda admiti que a minha atitude servisse para terminar com a actual situação, que ela constituísse mesmo a razão determinante da anulação dos tão controversos benefícios. No entanto, a lógica manteve-se. E, daí resultou que à utilização do argumento dos "direitos adquiridos" – como é interessante verificar que os deputados só se preocupam com isso quando os seus próprios interesses estão em jogo, bastando recordar que não tiveram igual preocupação (estou a falar em termos de maioria, em termos de resultados) quando, ao alterar o estatuto dos militares lhes retiraram direitos adquiridos, como por exemplo, ao permitirem a sua passagem compulsiva à reforma aos 50 anos em vez de aos 65... – se juntou a manutenção da "total coerência" do parlamento. Tudo continuou na mesma.

Na passagem do futuro aniversário do 25 de Abril, voltaremos a assistir a piedosas declarações. Com os ***pides*** a continuar a receber pensões, por feitos relevantes ...

A não ser que uma nova maioria, que espero aí venha, se assuma de facto como democrática, orgulhosa da origem do regime que lhes permite a ascensão ao poder...

Exmo. Senhor
Dr. ALBERTO MARTINS
Presidente da Comissão Eventual para o Estudo de Legislação relacionada com as questões de Ética e Transparência da Vida Política

Depois de alguma controvérsia pública, e talvez por nos aproximarmos de um novo acto eleitoral, estabeleceu-se finalmente um consenso partidário quanto à necessidade de discutir as questões da ética e da transparência política Em conformidade com esta nova situação, iniciou os seus trabalhos a comissão parlamentar a que V. Ex.ª preside. Os nossos votos de bons e profícuos resultados.

Sabemos que, no âmbito dos trabalhos agora iniciados, irá ser analisada, discutida e, porventura, alterada a lei n.º 4/85 de 9 de Abril.

Nessa lei, em vigor há mais de dez anos, foi consagrada uma inaceitável, injusta e nunca assumida discriminação para com os militares de Abril, autores materiais do derrube da ditadura e do acto fundador da democracia, participantes activos e fundamentais na consolidação do vigente Estado de direito e democrático.

Com efeito, constando nessa lei as normas referentes à situação dos ex-titulares dos diversos orgãos de soberania, é incompreensível a exclusão, destes, do Conselho da Revolução e dos seus membros (atente-se, especificamente no artigo 24.º).

E nem a "razão" que porventura terá estado na origem da exclusão dos dois ex--Presidentes da República do período pré--constitucional, como se constata no n.º 2 do mesmo artigo 24.º, poderá servir de justificação para a referida exclusão do Conselho da Revolução. Isso, porque este, tendo sido um orgão de soberania que existiu durante um ano no período pré- -constitucional, foi também um orgão de soberania constitucional durante mais de seis anos.

Parece-nos, portanto, que cai por base o falacioso argumento "utilizado" para os dois ex-Presidentes da República do período pré-constitucional, que levaram a não os considerar quando da aprovação do estatuto dos ex-Presidentes da República. Pelo contrário, fica clara a não assunção pelos detentores do poder democrático da origem do regime que lhes permite esse mesmo poder.

Vimos assistindo, ultimamente, a declarações públicas dos mais diversos responsáveis políticos – umas mais claras, outras mais subtis ou envergonhadas – sobre o mau tratamento, nomeadamente em termos de marginalização e até de perseguição, que os militares de Abril têm sofrido.

Como Presidente da Direcção da Associação 25 de Abril, que congrega a esmagadora maioria desses militares, manifesto a Vossa Excelência a minha expectativa em que, desta vez, se passe das boas palavras e das declarações piedosas à prática da mais elementar justiça. Isto, porque não pretendendo qualquer estatuto de privilégio, não compreendemos nem aceitamos situações de menoridade ou discriminação.

Com os melhores cumprimentos e consideração,

Vasco Lourenço

Linda-a-Velha, 17 de Maio de 1995

EXALTAÇÃO

Cidadãos:

Há 21 anos caíu a ditadura.

Graças ao M.F.A. terminou quase meio século de despotismo, um longo período de terrorismo de Estado, com polícia política, censura, prisões, torturas...

Éramos um país sem Direito e sem direitos, isolados da Europa, marginalizados do mundo civilizado, virados para a retórica hipócrita dum nacionalismo estéril.

Convém recordar o que foi a longa noite fascista, para que as gerações futuras saibam esconjurar os demónios totalitários que espreitam nas curvas da História.

É difícil a uma geração comunicar a sua experiência às gerações seguintes. Às vezes é difícil opôrmo-nos aos fundamentalismos que pululam em épocas de crise.

É uma tarefa ciclópica demonstrar a superioridade da democracia, o primado do Direito e as vantagens da liberdade.

... o M.F.A. acordou o orgulho que havia em nós, despertou as energias adormecidas, restituiu-nos a dignidade e fez-nos acreditar no futuro.

Mas essa é uma tarefa que nos legou a madrugada libertadora de Abril, essa é a tarefa que se devem impor os homens e as mulheres que se revêm no Portugal de Abril, tarefa mais necessária quando a nível mundial surgem demagogos que apelam aos instintos mais primários na defesa de nacionalismos serôdios, quando dirigentes religiosos convivem mal com a democracia, se acomodam com dificuldade à liberdade e apelam ao que de mais arcaico e reaccionário se alberga no coração dos homens.

Essa é a tarefa de apagar a imagem devastadora da ditadura salazarista que fez de Portugal uma coutada de alguns, violenta para quase todos.

Era um governo sem honra nem dignidade, sem competência nem visão. Mantinha-se com o apoio da polícia política, da censura e da hierarquia religiosa.

E o País era a Pátria madrasta de emigrantes em fuga clandestina à procura de pão.

Éramos uma Pátria de exílio dentro e fora do País.

Éramos um país doente, acossado pelo medo, vencido pela miséria, dominado pela ignorância.

Tínhamos as mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil da Europa.

A repressão atingiu níveis intoleráveis de ferocidade para intelectuais, operários e camponeses.

Às mulheres esteve reservado um quinhão ainda maior de sofrimento. Tudo lhes era vedado (salvo a missa, o casamento e as tarefas monótonas). Arredadas das decisões sobre o património conjugal, impedidas de acesso a cargos importantes da administração pública, da diplomacia e dos tribunais, até de autorização expressa do marido careciam para transpor a fronteira.

Há 21 anos tínhamos uma guerra colonial injusta, inútil e sem saída. A miopia de Salazar e Caetano tornavam impossível a descolonização. Semearam-se ódios, racismo e rivalidades tribais durante 13 anos. Ainda hoje permanecem as sequelas da política ignóbil da ditadura, aqui e nos países africanos de língua portuguesa.

E quando já nos julgávamos um bando de beatos, tímidos e idiotas, quando a impotência, a raiva e o medo nos paralizavam, o M.F.A. acordou o orgulho que havia em nós, despertou as energias adormecidas, restituiu-nos a dignidade e fez-nos acreditar no futuro.

Abril foi uma festa. O País sufragou nas ruas, em multidões imensas de incontida alegria, os três **Dês** do programa do M.F.A. (descolonizar, democratizar, desenvolver).

Abriram-se as prisões, desmantelou-se a polícia política, dissolveram-se as organizações fascistas.

O período que se seguiu ao 25 de Abril foi o mais fecundo do Portugal democrático. Os direitos de reunião e associação rapidamente conduziram à liberdade sindical e à criação de partidos políticos perante o desespero e impotência dos milhares de serventuários do regime fascista. Os Presidentes de Câmara que ninguém elegia, os governantes que poucos apoiavam, os Governadores Civis, os polícias, os delatores rapidamente foram destituídos ou neutralizados.

Há 21 anos, neste dia, de madrugada, floriram cravos nos canos das espingardas. Não os deixemos murchar.

Foram felizmente poupados.

Infelizmente não foram julgados:

- o que permite agora branquear o passado,
- o que torna mais fácil enxovalhar a revolução,
- o que permite que se vilipendie a memória dos que a fizeram, que se seja ingrato para com esse punhado de heróicos capitães que protagonizaram a mais generosa das revoluções, que estiveram na génese da mais maravilhosa odisseia portuguesa desde os descobrimentos

Hoje, os que aqui estamos, saudamos efusivamente os capitães de Abril que nos resgataram do pesadêlo, que acordaram em nós o orgulho de pertencermos a um povo que foi pioneiro na abolição da pena de morte, que se colocou na vanguarda da Europa ao implantar a República, ao separar o Estado da Igreja.

Glória aos capitães de Abril. Sem eles a História seria mais lenta e, certamente, seria diferente.

Nos tempos que correm há nuvens carregadas de ameaças.

As injustiças continuam, os anacronismos permanecem, acentuam-se as diferenças sociais.

Aumenta o desemprego e, com ele, os fenómenos de exclusão social.

O liberalismo desenfreado, a cultura de sucesso, o egoísmo do salve-se quem puder, estão a corroer as bases da democracia que, contrariamente ao que pensa o poder, não se esgota no formalismo do voto, tem de ser participada e participativa, deve aprofundar-se nas suas vertentes económica e social.

Estar aqui neste almoço é dizer não ao rumo autoritário que o País persegue.

Há que pôr cobro à escalada repressiva que nas empresas, nas fábricas, nas repartições, um pouco por todo o lado se exerce sob a égide de quadros a quem sobra em ambição e subserviência ao poder o que lhes mingua em cultura e em moral.

É nestas alturas de crise, quando os fenómenos revivalistas aparecem, que é preciso ter presente os valores de Abril.

Quando um ideólogo e inspirador cultural do regime não vê no valioso património arqueológico de Foz Côa mais que "uma série emaranhada de garatujas horrendas e quase indecifráveis", quando os dirigentes do Governo da Madeira não se revêm no 25 de Abril, mais identificados, talvez, com o 28 de Maio, quando se reabilita o velho discurso de Deus, Pátria e Família, quando a figura patibular do senhor Le Pen encontra em Portugal quem dele se distingue apenas pela juventude, é altura de reafirmar Abril.

Há 21 anos, neste dia, de madrugada, floriram cravos nos canos das espingardas.

Não os deixemos murchar.

O 25 de Abril é e será sempre a bandeira desfraldada ao vento da esperança, o hino cantado à liberdade, o poema escrito com versos de raiva para a canção da Democracia.

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.

Almeida, 25 de Abril de 1995.

Alfredo Carlos Barroco Esperança

FALEMOS DE ANGOLA
(De Bicesse à tese dos países ingovernáveis)

Ficou para trás, mas não nas nossas recordações pessoais, o tempo em que falar à luz do dia era obra de quem via o Mundo e os povos pelo umbigo de Salazar ou por quem tentasse disfarçar a estulta servidão sob a custódia do pau, do chicote, e das algemas da cegueira. Diziam eles, aos quatro ventos do adormecimento lusitano, que Angola lhes pertencia.

Se, para consolo dos nossos pecados seculares, o pregão ja não sobe aos céus hertzianos dos dias de hoje, no pensamento e na acção dos actuais depredadores de África ele continua bem presente no palco da tragédia angolana.

Ruíram os impérios coloniais do passado. Os seus limites foram riscados da geografia terrena. Os povos sonharam e lutaram pela sua libertação. Em muitos casos obrigaram o colonizador a depor momentaneamente o arsenal sofisticado das suas armas. Mas quase sempre confrontados no imediato com novas armas e palavras, com mais e maiores atentados à sua própria sobrevivência e direitos naturais, agora com o inimigo de ontem aliado ao inimigo interno.

Por Angola, pela mais bela panóplia de usos e costumes da sua gente, pelo chão mais promissor de quantos compõem o Continente Negro, por essa terra que um número incontável de portugueses escolheu ao longo dos anos para lutar também pela sobrevivência, de Cabinda ao Cunene, continua a passar a teia cruzada de múltiplos interesses e cumplicidades; de estratégias imperiais de novo tipo; o caudal horroroso dos maiores atentados à vida só porque uma das partes, a UNITA, não aceita a escolha popular.

Por Angola... continua a passar a teia cruzada de múltiplos interesses e cumplicidades.

Perante a complacência da comunidade internacional, mais ou menos explícita, aí continua a ensaiar-se o desenho de um novo "mapa cor-de-rosa". Aí se joga o futuro de milhares de seres humanos a coberto de uma pretensa negociação democrática que não esconde lá muito bem a mera luta de influências, já não entre superpotências mas entre grupos e países girando à volta do mesmo pendão económico, político e cultural, com o único objectivo de controlar as riquezas existentes.

Aí se assiste a uma evidente duplicidade de critérios perante o vendaval indesculpável de iniquidades cometidas por Savimbi, ao que consta e há mais de vinte anos tem demonstrado ser, a cartada de velhos e novos inimigos da emancipação real de Angola, colocado no terreno das operações militares, ontem contra Agostinho Neto e o MPLA, hoje contra o povo da mesma cor e o governo democraticamente eleito.

Aí, quase todos os desmandos são tolerados à UNITA e, no entanto, era relativamente fácil fazer cumprir as resoluções das Instâncias Internacionais; de a remeter à marginalidade que a maioria do povo angolano lhe vota; parar definitivamente a violência; enterrar os mortos e cuidar dos feridos. Bastava, para começar, que em vez de sucessivas conversas fiadas e piedosas manifestações de reconciliação "democrática" o Poder internacional lhe retirasse as armas, as munições, o apoio logístico e político com que ainda conta, enfim: que os EUA, a Rússia e a ONU cortassem pela raiz esse apoio. Que a diplomacia portuguesa e os altos dirigentes do nosso País se deixassem de evasivas no apoio ao governo legítimo de Angola, se deixassem de uma vez por todas de simpatias públicas e privadas (enquanto responsáveis do Estado de Direito) a um homem outrora conotado com o regime derrubado com o 25 de Abril e hoje o principal responsável pelas dificuldades com que o Povo angolano se debate.

Claro está sem que essa definição, externa e interna, tenha em vista quaisquer manobras de ingerência nos assuntos internos de Angola, mas sim a consequência de um normal relacionamento das relações Estado a Estado.

* * *

Na opinião de muito boa gente, o fôlego que continua a ser dado a Savimbi inscreve-se numa ambiciosa tese federalista, como saída milagrosa para as dificuldades da UNITA, mais ou menos assim concebida: sob a pressão da opinião internacional, os mediadores instariam o governo angolano a prosseguir eternamente as pseudo-negociações. Privilegiando este aspecto o governo descuraria a defesa e a reorganização das suas Forças Armadas. Os unitas reagruparíam forças e consolidariam a sua presença armada no terreno. Perante o arrastar do impasse a ONU imporia a Angola a colocação de capacetes azuis numa zona tampão entre as duas partes, provavelmente segundo critérios tribais. Ao facto consumado do país dividido em dois seguir-se-iam as manobras para o reconhecimento "de jure" da situação, mandando às urtigas os acordos anteriores; as resoluções da mesma ONU e o resultado das eleições.

A ONU, já não a organização do passado onde o equilíbrio geoestratégico entre a URSS e os EUA ditava leis, mas onde agora se senta a Rússia, apoiante quase incondicional das posições americanas, não teve razões para deixar de reconhecer o vencedor dessas eleições. Foi então que o leque dos derrotados de Bicesse avançou com a outra variante dos seus planos.

A tese da viabilidade para os países mais pobres do 3.º Mundo, em particular de África não será nova. O seu desenvolvimento não interessa minimamente aos países ricos se não podem tirar-lhe grossos dividendos.

No espaço de tempo que mediou a assinatura do Acordo e as eleições, as FAPLA desmobilizaram grande parte dos efectivos, cumprindo assim a sua parte do acordado. Mas a UNITA não fez o mesmo. Viu-se foi a entrada de Savimbi em Luanda e noutras capitais de província onde antes, de armas na mão, não o tinham conseguido. Neste quadro e sabendo que a barbárie se abateria sobre eles se Savimbi vencesse, os civis empunharam armas e fizeram pender o prato da balança para o lado da legalidade democrática.

Pelos padrões da hipocrisia ocidental não é lícito o armamento popular. Em circunstâncias normais não será ! Só que, se não o fizessem, o mais certo era verem-se confrontados com a eliminação física pura e simples de velhos, mulheres e crianças, de quantos se opusessem.

Todas as acções que visem a paz devem ser prosseguidas! Mas quem, de boa fé, pode acreditar nesse senhor? Ele só se contentará com o poder absoluto. Mais tempo que lhe seja dado, mais e mais sofrimento poderá ser levado ao povo angolano. Mais Huambos poderá haver. Outros portugueses poderão ser massacrados. Os diamantes não pararão de voar para Amsterdão nas pastas dos traficantes. Os elefantes continuarão a ser dizimados para lhes sacarem o rico marfim.

Quem quiser ajudar o povo angolano, com sinceridade, deverá empenhar-se no isolamento político, militar e logístico de Savimbi bem como da sua rede de cumplicidades. Como invenção externa que sempre foi, e pelas amplas provas dadas, não deve ser considerado como respeitador das regras democráticas ou de qualquer compromisso que tenha ou venha a assumir.

* * *

A tese da viabilidade para os países mais pobres do 3.º Mundo, em particular de África não será nova. O seu desenvolvimento não interessa minimamente aos países ricos se não podem tirar-lhe grossos dividendos. Para estes, o humanismo e os direitos do homem, os reais direitos do homem como a irradicação da fome e da incultura, o direito ao trabaho e à saúde, o direito de não serem explorados, não são valores inalienáveis mas simples moedas de troca. País sem matérias-primas estratégicas é deixado à sua sorte. Angola, Nigéria, Etiópia, e mais um ou outro, são pouco mais que excepções.

As cartas dos velhos e novos depredadores são jogadas de acordo com esta realidade: se nesses países viáveis, ou noutro que não se submeta, não têm um títere, inventam um como em Angola. Ou então desencadeiam a guerra como no Iraque. Ou cercam como à Etiópia e a Cuba.

Sem dúvida que a duplicidade de critérios da política internacional para Angola continua na ordem do dia. Esperemos que em breve deixe de o ser. O savimbismo não tem lá lugar como sistema desestabilizador. A democracia partidária, sim !

VAZA PINHEIRO.

A DESCOBERTA DA AMAZÓNIA (2)

A Viagem de Pedro Teixeira

Em 1636-1637 tem lugar a descida do Rio Amazonas, desde a província de Quito, por uma expedição espanhola, a qual depois de uma atribulada viagem, saldara-se por insucesso a sua tentativa de catequizarem os índios Cenos e Becabas. [1]

A ferocidade dos indígenas e a insalubridade do clima dizimaram-nos tendo chegado oito numa canoa ao forte de Gurupá em 5 de Fevereiro de 1637. Eram dois leigos franciscanos – Domingos Garcia de Brieva e Andrés Toledo e seis soldados espanhóis.

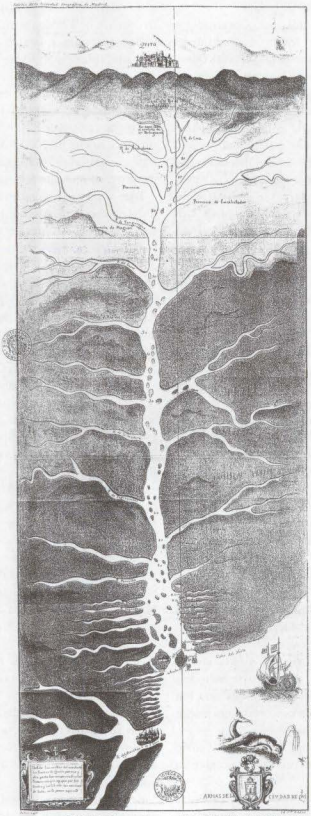
Havia ordens régias para efectuar-se a conquista do rio que, por motivos imperiosos, tinha ficado por cumprir. A ocasião agora era propícia com os guias aparecidos, que se ofereciam para regressar a Quito com uma expedição.

Jácome de Noronha, governador do Maranhão decidiu-se pela subida do rio Amazonas (nunca realizada) e escolheu para comandar e expedição Pedro Teixeira, um sertanista que não conhecia hesitações e valia muito pela experiência adquirida em anos de acção na Amazónia.

Deu-lhe a patente de Capitão-Mor e General de Estado e poderes amplos [2]. Coadjuvaram-no:

Como segundo no comando, o Coronel Bento de Oliveira; como mestre de campo, Capitão António de Azambuja; Sargento-mor Filipe Cotrim; Almoxarife, Manuel de Matos Oliveira; Escrivão, João Gomes de Andrade; e ainda os Capitães Pedro da Costa Favela, Pedro Baião de Abreu e Domingos Pires da Costa, os Alferes Fernão Mendes Gago, Bartolomeu Dias Matos e António Gomes de Oliveira, o Ajudante Maurício de Heriarte, os Sargentos Diogo Rodrigues e Domingos Gonçalves, e como Piloto-mor Bento da Costa [3]. Como Capelão seguiu Frei Agostinho das Chagas, franciscano português do convento de Santo António do Grão Pará.

Setenta ou setenta e cinco soldados era o efectivo militar, ao qual se juntaram numerosos indígenas, cerca de novecentos, que iam como remeiros e flecheiros. Faziam parte também quatro dos castelhanos que tinham descido o rio e frei Domingo de



Mapa da "Relacion" de D. Martin de Saavedra y Guzman, in Marcos Jimenez de la Espada, Viaje del Capitan Pedro Teixeira Aguas arriba del rio de las Amazonas (1638-1639), Madrid, Imp. de Fortanat, 1889.

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

Brieva, tendo sido enviado a Espanha o outro franciscano frei Andrés Toledo, com cartas relatando os factos e informando o rei dos planos do governador em enviar uma expedição rio acima até Quito.

As instruções dadas pelo Governador a Pedro Teixeira foram as seguintes: reconhecer minuciosamente o rio até Quito; verificar os melhores lugares em que o rio pudesse ser fortificado; assegurar, pela boa conduta dos expedicionários e por meio de pequenos presentes, as relações de paz e amizade com as tribos indígenas ribeirinhas; finalmente, fundar aquém dos Omaguas (situados entre o Napo e o Juruá) uma povoação que marcasse o limite, no Amazonas, da soberania portuguesa. Ora esta última parte das instruções ia encerrada em carta de prego a abrir no regresso, passado que fosse o país dos Omaguas. [4]

A armada foi organizada por Pedro Teixeira na localidade de Cameta perto de Belém, devido à excelência das canoas ali fabricadas e da notável qualidade dos remadores da região.

A partida daqui foi em 5 de Setembro de 1637 e pela toponímia que refere na sua **Relação da Viagem**, vê-se que foi seguindo o caminho normal, por dentro, isto é, pelo Rio Pará, Baía de Guarajá, até à de Carnapijó, dali passando às de Marajó e Marápatá.

Na antiga Parijó esteve a expedição entregue a largos preparativos que duraram até 28 de Outubro.

Com dezasseis canoas, setenta e cinco soldados e trezentos indígenas, largou a expedição.

Caminharam à vela e a remos algumas léguas e depois, a viagem fez-se à pura força dos remadores, que é coisa trabalhosa com canoas tão grandes, sem as quais era impossível tal viagem.

Até chegarem a Gurupá, a cerca de 100 léguas de Belém, o número de indígenas ascendeu a novecentos, em quarenta (ou quarenta e cinco) canoas, obtidas nas aldeias que foram encontrando.

Partindo do Gurupá, cruzaram a foz do rio Parnaíba, topónimo pelo qual era conhecido o Xingú.

Com ele já estava familiarizado Pedro Teixeira que ali combatera os holandeses instalados em postos fortificados.

Passaram o Tapajós, onde habitam indígenas do mesmo nome, à distância de 80 léguas de Gurupá.

A margem direita do Amazonas ao longo da qual navegam, verificam que é desabitada, mas duas ou três léguas adentro a população é densa.

No rio Tapajós com as suas águas claras, frei Andrés de Toledo foi maltratado pelos indígenas que apelidara de Barbarroxas; segundo Teixeira, ali tivera Orellana um posto defendido por estacas, que ainda existiam alguns anos antes, quando lá chegaram os luso-brasileiros (fig. 1).

Passaram adiante outras 80 léguas, onde o rio tinha largura de 2 a 2,5 léguas até um estreito onde ficava reduzida a 1/4 de légua mas tão fundo que ultrapassava 80 braças.

Trata-se do trecho fronteiro a Óbidos, sem ilhas, onde o rio tem menor largura, sendo muito profundo e correntoso, e até onde se fazem sentir os efeitos da maré, a cerca de 330 léguas da boca do rio. Segundo o Derrotero é um «sítio apropriado para uma fortaleza com cerca de 1/2 légua de largura e dois graus de latitude». Efectivamente, a largura actual do rio é de pouco mais de 0,9 milhas e a latitude de 1°55'S, o que diz bem da ciência do piloto Bento da Costa.

A seguir, volta o rio a alargar-se o que obrigou a expedição a escolher uma das margens, tendo optado pela direita, o que levou a **Relação** de Teixeira a ignorar o trecho da margem esquerda entre Óbidos e o Rio Negro.

Navegaram até aos Tupinambas ferozes e carniceiros, alcançando a enorme ilha fluvial Tupinambarama, com as suas quase 150 milhas de costa amazónica. No dia 4 de Dezembro a expedição passou em frente dela e alojou-se numa outra ilha a que deu nome de Areias, situada aquém do rio Madeira, devendo ser a ilha do Serpa, que bifurca o Amazonas pouco antes de Itacoatiara.

Dos índios Tupinambás, receberam os expedicionários, novas das Amazonas, famosas mulheres guerreiras, que estariam distantes dali só seis jornadas. Nesta região findava o uso das flechas ervadas perigosas. Tupinambás e tributários formavam cerca de trezentas aldeias de quinhentos a oitocentos casais cada.

A expedição continuou rio acima, seguindo as instruções de Jácome de Noronha, foram reconhecendo detidamente o rio-mar, anotando-lhe as particularidades, os usos e costumes das centenas de tribos, a sua índole pacífica ou belicosa, os seus instrumentos de guerra, a fartura em que viviam, a fertilidade do solo e a exuberância das árvores de altura tão assombrosa que lhes pareceu tocarem as nuvens.

Subindo vagarosamente a lutarem com falta de conhecimento da região, dada a insuficiência dos guias, que se desculpavam sob o fundamento de se não recordarem do caminho pelas sensações violentas da baixada; a lutar com a correnteza impetuosa e preocupados também com a boa execução das tarefas de reconhecimento e anotação, o certo é que a meio caminho principiou o desânimo. Os remeiros e flecheiros começaram a fugir. Alguns soldados davam mostras de cansaço e falta de fé, muitos adoeciam.

A esquadrilha atingiu a boca de um rio muito caudaloso e de muito fundo, de água muito fria e de cor de barro, a que puseram o nome de rio Madeira, em razão da correnteza trazer muitas árvores caídas. Distava 80 léguas dos Tupinambás (fig. 1).

Soube Teixeira que, «nas cabeceiras deste rio, havia espanhóis e padres, sendo uma região de campinas e criação de gado».

Ultrapassando o Madeira, alcançaram pela margem oposta a foz do rio Negro no dia 13 de Dezembro. Durante duas jornadas reconheceram o rio notável de profundidade, sem baixios, mas com a água muito má para beber por ser muito grossa, desaguando nele muitos rios de água muito clara e boa para beber-se. Teixeira gaba as belas praias ribeirinhas, a facilidade de defesa em vários locais, a fertilidade da terra e a abundância de caça.

Notas

(1) Marcos Jimenez de La Espada, *Viage del Capitan Pedro Teixeira águas arriba del Rio de las Amazonas (1638-39)*, Madrid, Imprenta Fortanet, 1889, p. 9.

(2) Arthur Cesar F. Reis, *História do Amazonas*, p. 34.

(3) Max Justo Guedes, ob. cit., p. 74 e 75.

(4) Jaime Cortesão, «O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos», em *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol III, Rio de Janeiro, [s.n.], 1950, p. 182.

Texto de Barbosa Pereira

NORTE

Jantar comemorativo do 10.° aniversário da Delegação do Norte

No dia 9 de Março de 1995 realizou-se o jantar-convívio comemorativo do 10.° aniversário da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril no Hotel das Antas, na cidade do Porto, tendo tomado a palavra o associado juiz conselheiro Roseira de Figueiredo que proferiu a seguinte alocução:

Intervenção do Sr. Juiz Conselheiro Roseira de Figueiredo (sócio desta Associação) no Jantar comemorativo do 10.° Aniversário da Delegação do Norte

Segundo o Programa do MFA, havia que instaurar em Portugal "uma nova política social" que em todos os domínios teria essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.

No preâmbulo da Constituição de 1976, que se mantém inalterado, "A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar primado do Estado de Direito democrático e (sublinho) de **abrir caminho para uma sociedade socialista**, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país livre, mais justo e mais fraterno".

Depois, ao longo do seu articulado, estabelece ainda hoje a Constituição que a República Portuguesa tem por objectivo a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa (2.°); que o Estado respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e (volto a sublinhar) **da descentralização democrática da administração pública** (6.°); que é tarefa fundamental do Estado, além de outras, promover o bem-estar e qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação de direitos económicos, sociais e culturais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais (9.°, d); que é garantir aos trabalhadores a segurança no emprego (53.°); que todos têm direito ao trabalho (58.°), à segurança social (63.°), à protecção da saúde (64.°), a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar (65.°) e direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado (66.°); que a família tem direito à protecção da Sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros (67.°); que o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e (sublinho de novo) **uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza** (106.°); que o imposto sobre o rendimento pessoal visando a diminuição das desigualdades (107.°); que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e (torno a sublinhar) **as regiões administrativas** (238.°-1); que a Administração Pública será estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva (267.°-1).

Portugal é um dos países mais afectados pelo envelhecimento demográfico, tendo uma taxa de fertilidade total que é das mais baixas do planeta.

A leitura que acabo de fazer foi um tanto fastidiosa – reconheço. Terá tido o mérito, se puderam ouvir-me com atenção, de levar cada um de nós, por si próprio, a verificar quão longe estamos das metas generosas para que apontam o Programa do MFA e a Constituição da República.

Para melhor tomarmos consciência disso mesmo, passo agora a referir alguns factos e opiniões que colhi, um tanto ao acaso, em páginas da imprensa. Provêm de fontes que julgo isentas, em nenhum caso de fontes político-partidárias.

Perto de 70% da população portuguesa empregada por conta de outrém tem escolaridade igual ou inferior a 6 anos. Mais de metade da população activa só sabe ler e escrever ou é mesmo analfabeta.

Portugal é um dos países mais afectados pelo envelhecimento demográfico, tendo uma taxa de fertilidade total que é das mais baixas do planeta – 1,5, segundo dados do Banco Mundial respeitantes a 1992.

A desertificação humana do interior é um facto indesmentível. Caminhamos para um país litoralizado, com um extenso vazio no interior.

Diz o presidente da Association of European Schools of Planning que "Portugal é o único país da União Europeia onde continua a verificar-se uma acentuada expansão urbana, acompanhada pelo despovoamento do meio rural."

Também o fosso entre Lisboa e o Porto se tem aprofundado. Foi na capital que se construíu o Centro Cultural de Belém e é lá que vai realizar-se a exposição de 98, com a agravante de a gestão dos dois empreendimentos ser subtraída à fiscalização do Tribunal de Contas, mediante a criação daquilo a que o presidente desse Tribunal chama entidades muito estranhas, constituídas com pretenso estatuto de direito privado para prosseguirem finalidades que nem empresariais são, mas marcadamente administrativas – a Sociedade do Centro Cultural de Belém e a Sociedade da Expo-98. Aqui ao lado, por exemplo, não foi em Madrid, mas em Sevilha e Barcelona, que se fez a exposição e se disputaram os Jogos Olímpicos de 1992, respectivamente.

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da Pág. anterior)

Todos sabemos o que se passa em matéria de regionalização. O que a esse respeito diz a Constituição passou ostensivamente a ser letra morta, apesar de a Assembleia da República ter já há anos aprovado a lei-quadro que regulamenta a regionalização.

Todos sabemos o que se passa em matéria de regionalização. O que a esse respeito diz a Constituição passou ostensivamente a ser letra morta, apesar de a Assembleia da República ter já há anos aprovado a lei-quadro que regulamenta a regionalização.

Como frei Bento Domingues, bem podemos dizer que estão a desenvolver-se novas formas de pobreza, de solidão e isolamento, novos processos de exclusão. O "lixo social" aumenta. Nesta cidade do Porto, segundo um estudo elaborado pela Rede Europeia anti-pobreza Portugal (Reapor), apresentado em Outubro de 94, os actores sociais-institucionais entrevistados não tinham dúvidas de que a pobreza se havia agravado e adquirido novos contornos nos últimos anos. Existiam no Porto mais pobres do que 10 anos antes e essa situação era de atribuir a um declínio recente, que não a uma "pobreza herdada"; os ricos eram cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres – como aliás, acontece à escala mundial.

O Alentejo é a 2.ª região mais pobre da União Europeia, logo seguido pelos Açores. Estas 2 regiões, em conjunto com a Madeira e a Região Centro, registam um produto interno bruto 2 vezes abaixo da média comunitária. O Alentejo tem vindo a empobrecer desde 1980: situando-se nesse ano a 53% da média comunitária, desceu em 92 para 41%. Aquela província voltou outra vez à fome, tendo a mais elevada taxa de suicídios da Europa.

A fome voltou também ao distrito de Setúbal (é o próprio bispo da diocese a afirmá-lo) e sabe-se lá aonde mais. Há por aí muita pobreza envergonhada, a par de uma opulência por vezes escandalosa.

O número de desempregados registados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional atingiu 423.970 no fim de Janeiro passado – mais 3,4% do que em Dezembro de 94 e mais 9,7% do que em Janeiro anterior –, sendo de salientar que mais de um terço dos novos inscritos ficaram no desemprego por haverem terminado contratos a prazo, que os 200.000 desempregados de longa duração, isto é, à procura de emprego há mais de 1 ano, representavam no fim de Janeiro quase metade do total dos inscritos e que os jovens com menos de 25 anos eram nada menos do que 110.000. De acordo com as posições da Organização Internacional do Trabalho, a taxa de desemprego em Portugal deverá diminuir este ano de 7,1 para 6,9% da população activa, só voltando depois a cair no ano 2000. Boas razões tem o ex-ministro das Finanças Ernâni Lopes para dizer que o quadro para os próximos anos não pode ser mais negro e que os custos sociais da mudança que está a operar-se não serão apenas grandes – serão brutais.

Temos um sistema fiscal injustíssimo, penalizador de quem trabalha por conta de outrém.

Mas também Maria de Lourdes Pintasilgo tem bons motivos para achar que no actual sistema não é possível resolver o problema do emprego. Segundo ela informou, foi para não ser obrigado a dizer que não há nem vai haver emprego para todos que Jacques Delors não aceitou candidatar-se à presidência da República Francesa.

Num colóquio recentemente efectuado na Fundação Gulbenkian, preparatório da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, foram referidos os resultados a que se chegou num estudo comparativo dos salários nacionais com a média europeia. Foram os seguintes:

Agruparam-se os salários em 3 "patamares sintéticos"; no mais elevado (altos quadros), os ordenados portugueses estão, surpreendentemente (ou talvez não...), acima da média europeia; no patamar intermédio (liderado por licenciados e bacharéis), baixa-se muito em relação à média; no patamar inferior (operários e indeferenciados), a diferença é abissal. Tão abissal que, segundo o representante de uma empresa de consultoria estrangeira, a mão-de-obra portuguesa é (pasme-se) 5 vezes mais barata que a japonesa! Só na verdade, caso para se dizer, como a mesma Maria de Lourdes Pintasilgo, que se torna necessário estabelecer, além de um salário mínimo, também um ordenado máximo.

Tenhamos presentes estas palavras de Sousa Franco: "A mais decisiva contribuição para a democracia (...) foi (...) dada pelo texto constitucional de 1976. (...) Aqueles que atacam a Constituição, como tal e directamente, sabem bem o que fazem."

Temos, como é sabido, um sistema fiscal injustíssimo, penalizador de quem trabalha por conta de outrém. Estatísticas recentes da fiscalidade revelam que, em 1993, 63% das empresas existentes no País não pagaram impostos, por não terem declarado lucros. Os empregados por conta de outrém, esses, não podem esconder os seus rendimentos e pagam o IRS com língua de palmo.

A Administração Pública tem falhado a modernização. Ainda há dias o reconheceu o Provedor da Justiça: há uma não habituação da Administração Pública a reformas estruturais – são palavras dele.

Quer dizer: em larga medida, estão por alcançar os objectivos visados pelos capitães de Abril e pelos constituintes. Temos, sem dúvida, uma democracia política, formal ou representativa. Falta-nos, no entanto, a democracia económica, cultural e social, participativa, com que tantos de nós sonhamos.

E oxalá o futuro não venha a dar razão a Miguel Torga quando, no último (agora definitivamente, o último) volume do **Diário**, com data de 11 de Maio de 1992, deixa registado "o repúdio de um poeta português pela irresponsabilidade com que meia dúzia de contabilistas lhe alienaram a soberania da pátria", acrescentando: "Tenho como certo que Maastricht há-de ser uma nódoa indelével na memória da Europa (...). Se (as pequenas potências), por leviandade ou megalomania, arriscam um mau passo no caminho da independência, perdem-na de vez. Que é, infeliz. E, o que, se o destino nos não acudir com um milagre, nos vai acontecer."

Note-se que, embora estejamos em vésperas de eleições legislativas, não são de esperar, qualquer que seja o seu resultado, mudanças profundas no campo da política económica. Porque, como ainda recentemente observou, no seu último relatório sobre a economia portuguesa, o banco de investimentos britânico SG Warburg, mesmo na hipótese da vitória do Partido Socialista, este está "tão fortemente comprometido" com as obrigações de convergência com a União Europeia como o PSD. Assim se o PS vier a ser governo, a mudança poderá residir apenas no rigor da aplicação das grandes linhas de política económica; serão apenas introduzidos "pequenos ajustamentos", com efeitos superficiais.

Se, como podemos concluir do exposto, fomos conduzidos, em muitos casos, a formas perversas de democracia, não é de modo nenhum caso para deixarmos de celebrar Abril. Porque com a revolução, se pôs termo ao regime fascista e às guerras coloniais, instituindo-se no nosso país as liberdades democráticas; e porque, como escreveu Armando Castro, se criaram "as condições concretas para um desenvolvimento real da sociedade portuguesa".

Ponto é que todos e cada um de nós aproveite essas condições para tentar recuperar, onde se tenham perdido, os valores e ideais do **25 de Abril**, travando o passo aos restauracionistas que pretendem esvaziar a Constituição do seu conteúdo progressista. Tenhamos presentes estas palavras de Sousa Franco: "A mais decisiva contribuição para a democracia (...) foi (...) dada pelo texto constitucional de 1976. (...) Aqueles que atacam a Constituição, como tal e directamente, sabem bem o que fazem."

Contra ventos e marés, temos de continuar a ter esperança.

Jantar comemorativo do XXI Aniversário do 25 de Abril

Realizou-se na noite de 24 de Abril passado, o Jantar comemorativo do XXI Aniversário do 25 de Abril, no Hotel Tuela, na cidade do Porto, numa iniciativa conjunta da Delegação do Norte da A25A, do Clube de Sargentos do Exército e da Delegação do Porto da ADFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas).

Com a presença de cerca de um centena de pessoas, o convívio foi muito agradável e usaram da palavra na ocasião, além do Presidente da Delegação do Norte da A25A, o Sr. Dr. João Araújo Correia que foi membro destacado na campanha presidencial do General Humberto Delgado fazendo a ligação desta figura ímpar da nossa História contemporânea com o 25 de Abril de 1974, e que teve uma intervenção muito profunda e apaixonada.

No final, houve uma actuação do NEFAP (Núcleo de Etnografia e Folclore da Academia do Porto) que ajudou a que esta confraternização acabasse numa festa, gratificante para todos os presentes.

Obras de arte editadas pela Delegação do Norte

Na passagem do 10.° Aniversário desta Delegação, foram editadas as seguintes obras de arte, que se destinam à angariação de fundos para uma possível aquisição de Sede Regional:

- Edição de 250 exemplares numerados de medalha/objecto de autoria do escultor José Rodrigues, ao preço unitário de 5.000$00;

- Edição de 200 exemplares de uma serigrafia do pintor Armando Alves, ao preço unitário de 30.000$00 (possibilidade de ser adquirida através de 6 cheques pré-datados de 5.000$00/cada para meses sucessivos).

Para aquisição destas obras basta contactar a Delegação do Norte da A25A, por meio de carta dirigida ao endereço APARTADO 4678 - 4012 PORTO CODEX, os telefones 81 67 31 / 81 67 56 ou o fax 830 04 92, todos da rede do Porto.

Jantar de oficiais na Penha, em Guimarães

Tal como vem sendo tradição realizou-se na noite do dia 25 de Abril um jantar de oficiais comemorativo da efeméride, no Hotel da Penha em Guimarães, no qual estiveram presentes cerca de oito dezenas de oficiais dos três ramos das Forças Armadas

COLABORE COM O REFERENCIAL

MANTENHA AS QUOTAS EM DIA

A AUTOCRÍTICA

Não vem ao caso escalpelizar a situação de ambiguidade, contradição e até desamparo em que exerci as funções de governador e comandante militar de Cabinda.

Para o episódio um tanto insólito que vou contar, bastará referir que, a dada altura, se ampliaram algumas críticas ao movimento independentista dominante, o MPLA, porque, alegadamente, exorbitava em actos arrogantes e de soberania que não lhe competiam.

Alguns oficiais do meu comando, um tanto hostis ao MPLA, faziam grande fincapé nas dificuldades criadas à circulação no NE do território, como indício de má fé.

Era assunto de "real política" que não nos interessava exacerbar, mas acabei por sentir a necessidade de moderar essas críticas inoportunas.

Tratei de programar uma visita com escolta militar ao Miconge no sentido de afirmar simbolicamente o estatuto de soberania e as responsabilidades legalmente constituídas, usando as minhas relações, que foram sempre boas com os três movimentos e particularmente com o MPLA que dominava claramente a situação.

Naturalmente, a minha amena conversa com o principal responsável deste último movimento, Comandante Pedalé, homem que tinha por seguro e sensato, foi indispensável para remover algum obstáculo ou incidente que me saísse ao caminho.

No dia aprazado, com uma pequena escolta de se ver, mas não demasiadamente, lá nos dirigimos ao Maiombe do nosso destino.

Passada a nossa última guarnição não demorou muito que se nos deparasse uma barreira na estrada e um destacamento do MPLA recusando-se a abrir-nos caminho.

Foi um balde de água fria, não de simples melindre pessoal, mas porque aquela absurda arrogância vinha dar razão aos detractores do MPLA, esticando a corda de um confronto que às vezes parecia espicaçar-se.

Felizmente, houve uma rápida mudança de atitude, foi-nos dada passagem sem incidentes, embora continuasse eu desagradado com a situação. Assim continuámos até ao fim da viagem sem mais percalços, com contactos de cortesia pelo meio, de quadros políticos e militares do MPLA, como é óbvio.

Ao regressarmos tivemos grande surpresa. No local da barragem que nos detivera estava impecavelmente formada uma força com o seu comandante à frente, prestando garbosa continência logo que parámos. Dirigi-me ao local devido para a receber e a admiração cresceu quando o jovem comandante sem desfazer a postura, em alto e bom som, iniciou uma lenga-lenga que depressa percebi ser de autocrítica.

Em resumo, dizia o animoso guerrilheiro ao "camarada governador" que tinha havido grande erro seu, porque a um representante do novo governo de Angola de transição para a independência não podia ser colocado qualquer entrave nas suas deslocações.

Assim, de modo inesperado, terminava a exótica expedição. De nada terá servido, senão a um quase inútil salvar de aparências, mas ficou-me até hoje uma saborosa memória daqueles belos momentos na floresta, uma lição de humildade como tanta gente precisaria de fazer todos os dias e cada vez mais.

Penso também naquele jovem e em muitos mais, cheios de uma enorme frescura e que, no entanto, tinham pela frente ferozes anos de guerra. Que será feito daquele meu inesquecível comandante?

José Fontão

A MINHA CARA DE PIDE

Tinha chegado de Angola metido de cabeça no movimento dos capitães, mas muito mal informado das lides clandestinas em Portugal. Fui parar aos braços de mais três conspiradores no BC 5 e depressa caí no torvelinho dos últimos estertores reumatóides.

Ao fim de quinze dias de quartel já andava aos papeis na trapalhada das Caldas e pouco depois entrava-me pela casa dentro um desconhecido Otelo com artes de me seduzir sem apelo nem agravo para as suas manobras de Primavera.

Creio ter sido ele a marcar-me uma reunião de operacionais cujo encontro prévio se combinou para um local bem conhecido, a Pérgola de Santo Amaro de Oeiras.

Ao princípio da noite aprazada lá me dirigi ao "happening" subversivo onde procurei alguma cara conhecida, pelo menos a do Otelo cuja presença tinha como certa, sem saber ainda da "imprevisibilidade" das suas agendas.

Em duas ou três mesas vi alguns jovens que poderiam ser da conspirativa, mas como sabê-lo?

Sentei-me e aguentei, tentando decifrar algum sinal que daquele lado me viesse ou que alguma cara salvadora me tirasse dos apertos.

Para minha maior inquietação os tais jovens desataram a zarpar sorrateiramente e a bom ritmo. Quando me via já quase só e meio desaustinado dei com uma providencial barretina do Colégio Militar na lapela de um dos últimos zarpadores.

Perante aquela bóia de salvação saltei da cadeira e fui direito ao portador perguntando-lhe se era oficial do exército. Olhou-me de alto a baixo e de má catadura, mas sempre me foi dizendo que sim. Anunciei-me de nome e posto e a cara abriu-se-lhe num misto de alívio e satisfação que só depois entenderia.

Era o jovem Macedo que cobria a rectaguarda do grupo de oficiais que ali se juntara, e isto porque se estabelecera um estado de alerta depois da minha entrada, um desconhecido sujeito que não lhes tirava os olhos de cima. Com o nervosismo próprio daquelas andanças em menos de um fósforo estava dado como prestimoso Pide e, passada discretamente a palavra, tocou a debandar nem eu sei para onde. Com voltas de que já não me lembro e gente perdida pelo caminho lá acábamos por nos reunir na casa paterna do Macedo, creio eu.

Este episódio evidenciava a natureza de uma jovem geração que dava a cara correndo todos os riscos e à qual se juntavavam alguns "maduros" como eu.

Ficou também demonstrado o pouco agradável rosto pidesco que eu terei, ou então, a triste realidade daquele Portugal onde a Pide estava mais ainda nas nossas cabeças do que no muito em que verdadeiramente estava.

José Fontão

Atribuição do prémio da personalidade do ano de 1994 ao "Capitão de Abril"

Foi atribuído o prémio de personalidade do ano de 1994 pela Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal ao **Capitão de Abril**.

Para entrega deste galardão efectuou-se em 3 de Abril de 1995 no Casino do Estoril uma cerimónia presidida pelo Presidente da República. Recebeu-o em nome dos homenageados o tenente-coronel Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril.

Mário Soares endereçou felicitações à Associação da Imprensa Estrangeira pela sua iniciativa, lembrando que o 25 de Abril foi "uma revolução generosa, pacífica e com um ideal. Não fez correr sangue e não fez perseguições. Prevaleceu o bom senso. Foi um gesto de patriotismo, sem interesse pessoal, um gesto de idealismo". O Chefe de Estado ainda referiu que "foi uma revolução de grande sucesso, porque fez a descolonização, a qual era precisa ser feita rapidamente, e conduziu à institucionalização da Democracia pluralista que tem imperfeições, mas que deve ser aprofundada".

Ao agradecer o prémio, o tenente-coronel Vasco Lourenço classificou-o como "justo, porque os capitães de Abril foram capazes de cumprir as promessas feitas ao povo em 25 de Abril de 1974: implantar a Democracia". Enfatizando, "temos orgulho em conseguir o regime democrático".

Na sua alocução referiu-se ao facto incompreensível dos capitães de Abril serem "perseguidos ou marginalizados nas Forças Armadas", a menos que assumam o "estatuto de arrependidos do 25 de Abril". E acrescentou "afinal estávamos a lutar pela dignificação das Forças Armadas, e, ao longo destes anos, há quem tão mal se tenha portado para connosco, os militares de Abril".

Não foi só a Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal quem promoveu esta cerimónia. É justo realçar a Administração da Estoril-Sol Lda. que, gentilmente, ofereceu o jantar e o espectáculo às entidades e convidados presentes.

Falecimento de um capitão de Abril

Vítima de doença, deixou-nos na flor da vida o capitão de fragata *João Lobo de Oliveira*, um capitão de Abril.

O que mais realçava na sua rica personalidade era a sua incessante sede de saber, a sua cultura multifacetada, o seu gosto pela poesia, a sua capacidade de sonho.

Intelectualmente ousado, era de uma frontalidade notável.

Além de uma brilhante carreira militar na Armada onde era Engenheiro maquinista, foi membro dos corpos directivos do Clube Militar Naval tendo, como delegado do M.F.A. desempenhado cargos na Comunicação Social onde deixou marcas da sua forte personalidade, grangeando consideração e amizades neste importante sector da vida nacional.

Carta aberta a um capitão de Abril

Cemitério de Benfica. Abril de 1995. Algumas dezenas de pessoas acompanham os restos mortais de um dos militares que mais se empenharam no combate ao regime anterior, o capitão de fragata, engenheiro, maquinista João Lobo de Oliveira. Assim partia uma das personalidades que, quase anonimamente mas em grande coerência com os seus ideais, lutou com extrema generosidade por uma sociedade mais justa.

Gostava que as palavras que então proferi, junto da campa, chegassem aos camaradas de armas que participaram nas operações militares que mudaram Portugal. Por isso te escrevo, repetindo-as quase na íntegra. Afinal, faz amanhã 21 anos que todos nos encontrámos. Unidos para além de tantas divergências que haveriam de nos separar, mas que se revelavam insignificantes face à tarefa empolgante que nos tínhamos cometido.

Evocar o Lobo de Oliveira é evocar a vida no que ela tem de mais humano. **Vida feita acção e intervenção, impulsionada pelo saber, pela cultura, pelo estudo, pela poesia e pelo sonho. Homem sempre norteado por um forte humanismo, agindo por ideais, acreditava nos outros homens, na sua capacidade de transformação, na força criadora das ideias.**

Cadete do 2.° ano de Máquinas quando entrei para a Escola Naval, o Lobo de Oliveira era aquela figura amiga, protectora e humana que ajudava os jovens a enfrentar **as dificuldades da integração numa nova vida. Estimado e respeitado pelo seu curso, a sua ousadia intelectual e a sua palavra, frontal e calorosa, marcavam já os caminhos que iria percorrer.**

As nossas andanças, ao sabor de mares e ventos, fizeram com que nos voltássemos a encontrar, no fim dos anos 60, na Comissão Cultural do Clube Militar Naval. Eram tempos estes que ele gostava de recordar.

O fervilhar de ideias, a descoberta de mundos diferentes, o afrontar o poder estabelecido, os ecos de uma Europa em mudança, o agitar de consciências adormecidas, as notícias difusas que nos chegavam de África, a leitura dos livros proibidos pela censura – o Lobo de Oliveira viveu intensamente o desfazer do nevoeiro que abafava e amordaçava o nosso país.

Recordo dessa época os seus livros, sublinhados, anotados, massacrados, questionados enquanto portadores de ideias. É também uma das últimas recordações que dele guardo quando já no Hospital de Marinha, roído pela doença, rodeado de livros, me questionava e se questionava sobre as grandes problemáticas do nosso tempo.

Ele sabia, como ninguém, o significado do gesto individual, da palavra oportuna, da atitude frontal e consequente. Como ninguém, sabia ser incómodo, perturbador dos mundos estabelecidos. Como ninguém, percebia o papel do indivíduo, fazedor da História.

O 25 de Abril é, para o Lobo de Oliveira, o dia esperado e sonhado. Viveu-o, agindo, em poesia e sonho. Solidário, empenha-se nessa tarefa eterna e nunca acabada de mudar o mundo e os homens. Desempenha, como delegado do MFA, alguns cargos na comunicação social. Mas não era aí que vivia a alegria da libertação. Avesso às luzes da ribalta, deixava o palco a outros e mergulhava anónimo e irmão na multidão das ruas de Lisboa, procurando sentir o bater dos corações e o fluir do sangue nas veias da pátria libertada.

Evocá-lo é evocar um homem que fez do sonho e da poesia as armas para abrir o caminho de uma vida marcada pela solidariedade e pela coerência.

Nestes nossos tempos, em que o sonho, a utopia e a poesia parecem esvaziados de sentido pela tecnocracia dominante, a crença dele no homem e no futuro é, como me dizia ontem um seu camarada de curso, uma luz que ficou a iluminar as noites do nosso desencanto.

O que é a vida senão este caminhar para a memória que os outros guardarão de nós?

Ninguém ficou indiferente ao cruzar-se com o Lobo de Oliveira.

Alcindo Ferreira da Silva
(Por especial deferência do diário Público e publicada em 24 de Abril de 1995)

CONVITES FEITOS À A25A

A CASA DO MARQUES
- Inauguração da exposição de escultura e pintura de Abílio Febra
12-04-95

A FUNDAÇÃO PAÇO D'ARCOS / GRÉMIO LITERÁRIO
- Apresentação da escultura em tamanho natural do Dr. Francisco Salgado Zenha
02-05-95

ABRIL EM MAIO - CONVERSAS DE CAFÉ
- Conversa com Boaventura Sousa Santos e João Martins Pereira a propósito de "pela mão de Alice"
08-04-95

ACADEMIA DE INSTRUÇÃO E RECREIO FAMILIAR ALMADENSE
- Inauguração do complexo de piscinas
26-03-95

AMNISTIA INTERNACIONAL
- Conferência / Debate
24-03-95

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
- Inauguração de exposição fotográfica alusiva ao campo de concentração Dachau
09-06-95

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA
- Inauguração da exposição comemorativa do 21.° Aniv. do 25 de Abril, de Victor
21-04-95

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
- Conferêneias
6/13/20/26/27-05-95

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
- Lançamento do livro "Portugal e Brasil": Imagens de uma História
21-04-955
- Cerimónia de Homenagem ao Presidente da Assembleia Constituinte Prof. Henrique de Barros
24-04-95

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
- Inauguração da exposição de pintura de Ana Cassiano, Margarida Pó e Marisa Noblejas
01-04-95
- Inauguração da exposição de tapeçaria, escultura e pinlura de Graciete Rosa Rosa, João Duarte e João Luís
22-04-95

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA
- Inauguração do Monumcnto Alusivo ao 25 de Abril
29-04-95

CÂMARA MUNICIPAL DE V. NOVA DE FAMALICÃO
- Inauguração da Mostra Nacional sobre Benardino Machado
25-04-95

DORL DO PCP
- Inauguração da exposição alusiva ao 50.° Aniv. da História sobre o Nazi-Fascismo
8/17-05-95

CGTP-IN
- Ciclo de debates
"25 anos com os trabalhadores"
23-05-95
"Raizes da Intersindical - Luta antifascista"
24-05-95
"Período revolucionário - As conquistas do 25 de Abril"
07-06-95

FRENTE ANTI-RACISTA
- Espectáculo - Juventude contra o Racismo, Xenofobia, Anti-Semitismo e Intolerância
29-03-95

GALERIA DE ARTE CAPITEL
- Inauguração da exposição de Real Bordalo
25-03-95
- Exposição de pintura de Margarida Vigôço
14-04-95

GALERIA D'ARTE DO CLUBE DO COLECCIONADOR DOS CORREIOS
- Inauguração da exposição "As cores do silêncio'" pintura e tapeçaria de Maria Antónia Santos
26-04-95

GALERIA BARATA
28-03-95

INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL
- Inauguração da exposição de Conceição Ramos
18-05-95

JUNTA DE FREGUESIA DE AGUALVA-CACÉM
- Espectáculo comemorativo do XXI Aniv. do 25 de Abril
24-04-95

O JORNAL "EXPRESSO"
- Conferência da primavera União "Europeia: Que futuro"
28-03-95

TEATRO DA CORNUCÓPIA
- Espectáculo "Vai ver se Chove"
27/28-04-95

UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
Sessão de canto e poesia dedicada a Miguel Torga
07-04-95

ASSOCIADOS FALECIDOS

João Lobo de Oliveira
Sócio efectivo n.° 1402 (fundador)
Gustavo do Carmo Marques
Sócio efectivo n.° 1465 (fundador)
Sérgio de Sousa Bento
Apoiante n.° 698
Artur Augusto Alves Miranda
Apoiante N.° 704

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

«A25A» em Moçambique

Uma «extensão» da Associação 25 de Abril («A25A») poderá ser criada em Moçambique, disse ao semanário Savana um membro do antigo Conselho da Revolução, coronel Luís Macedo.

Luís Macedo, que trabalha actualmente na recuperação de estradas em Moçambique, sob contrato de uma multinacional, adiantou que a ideia deverá ser lançada num jantar-convívio em Maputo comemorativo do 25 de Abril.

Numerosos militares que intervieram no 25 de Abril vivem actualmente em Moçambique.

É o caso de Almada Contreiras, Luís Macedo, Santos Silva, Pessoa Guerreiro e Soares Lopes.

(In "Diário de Notícias", 25 de Maio de 1995)

ASEMBLEIA GERAL

Realizou-se no dia 18 de Março de 1995 em Lisboa, no Hotel Roma, a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Carlos Alberto Idães Soares Fabião.

Foi cumprida a ordem de trabalhos publicada no Referencial n.° 37 de Outubro a Dezembro de 1994 excepto o ponto n.° 4, por não ter sido possível satisfazer as condições dos artigos 25.° e 26.° do Regulamento Interno.

Os trabalhos decorreram numa atmosfera de amizade e camaradagem demonstrativos do espírito de união que prevalece entre os membros da Associação.

Pede-se a todos os associados uma maior participação em futuras Assembleias Gerais, assim como em outras actividades da Associação.

Os Relatórios da Direcção e da gestão do exercício de 1994, assim como as contas relativas a este período e o parecer do Conselho Fiscal, foram aprovados por unanimidade e aclamação.

MEDALHA COMEMORATIVA 25 ABRIL 95

Autor (sócio)
cor. Eng.° Dias Gaspar

OFERTAS À A25A

LIVROS:

Lit. - **O Liberalismo Português** (1820-1852) Resenha Bibliográfica de Vitor Sá e Fernanda Ribeiro
Oferta do sócio Vitor de Sá

Lit. - **Quem teria escondido aquilo de Carlos Macedo-Lacerda**
Comédia psicológica em 1 acto
Oferta do autor

Lit. - **Silva Porto e o naturismo em Portugal** de Maria Emília Vaz Pacheco
Oferta da Câmara Municipal de Santarém

Lit. - **O Porto e o 25 de Abril: 20 anos de Democracia** da Nova Renascença
Oferta do sócio Ribeiro da Silva

Lit. - **Os Sargentos na História de Portugal** de Vaza Pinheiro
Oferta do autor

- Boletim Informativo n.° 13 do AACS
Oferta da Alta Autoridade para a Comunicação Social

Lit. - **Salgueiro Maia**
Um Homem da Liberdade de António de Sousa Duarte
Oferta de: Círculo de Leitores, Edições Asa

Lit. - **Os Caminhos da Unidade Democrática**
Contra o Estado Novo de José Tengarrinha
Oferta do autor

Lit. - **Revista de Psicologia Militar**
Oferta do Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Lit. - **O Imaginário Político do 25 de Abril** de Maria Manuela Cruzeiro
Oferta do autor

PRATOS DECORATIVOS:

Ofertas de:
Câmara Municipal de Pombal
Camara Municipal do Cartaxo
Junta de Freguesia de Odivelas
Junta de Freguesia da Venteira/Amadora

PLACAS COMEMORATIVAS:

Ofertas:
Escola Preparatória de Conde de Castelo Melhor/Pombal
Grupo Desportivo Adicense

PRÉMIO PERSONALIDADE DO ANO:

"O capitão de Abril "- 20 anos de democracia"
Oferta do sócio Vasco Lourenço

ESCULTURA EM PEDRA-SABÃO:

Oferta da delegação da A25A no Canadá

GALHARDETES:

Ofertas:
Portuguese Canadian Democratic/Toronto
Clube Atlético de Queluz

SERIGRAFIA de Jorge Pinheiro
Oferta da Câmara Municipal de Almada

MEDALHAS:

Ofertas de:
Federação Portuguesa de Tranpolim e Desportos Acrobáticos
Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

CASSETE VIDEO "MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO"

Oferta da Fábrica de Imagens Lda./Fernando Matos Silva

ESTATUETA

Oferta da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho/Figueira da Foz

ACIDENTE TRÁGICO

No passado dia 20 de Junho, ao deslocar-se de Lisboa para o Porto, o coronel Artur Baptista, tesoureiro da Direcção da A25A, sofreu um brutal e trágico acidente de viação, resultando o falecimento de sua mulher Elizabete Baptista.

Lamentamos profundamente a morte da Elizabete, uma mulher sempre militante de Abril e da nossa associação. Ao Artur Baptista e a seu filho, nossos companheiros e amigos, a nossa profunda solidariedade e as mais sentidas condolências.

V.L.

MANTENHA AS QUOTAS EM DIA

DIVULGUE O BOLETIM

PROPONHA NOVOS SÓCIOS PARA A A25A

ADQUIRA NA A25A

LIVROS

- **25 DE ABRIL - NÚMERO ESPECIAL**, *da Seara Nova* 750$00
- **96 QUADRAS EM JEITO DE MISSÃO**, *de Julião Bernardes* 1.000$00
- **A PRIMEIRA COLUNA DE NAPAINOR**, *de António S. Viana* 3.200$00
- **A EUROPA DOS CIDADÃOS**, *de Mário Soares et allii* 1.500$00
- **BALADA DE UMA REVOLUÇÃO**, *de Franco Carretas* 1.000$00
- **CAPITÃO DE ABRIL**, *de Salgueiro Maia* 1.750$00
- **CENTURIÕES OU PRETORIANOS**, *de Pezarat Correia* 480$00
- **DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA**, *de Pezarat Correia* 1.400$00
- **NO REGRESSO VINHAM TODOS**, *de Vasco Lourenço* 1.400$00
- **QUESTIONAR ABRIL**, *de Pezarat Correia* 2.600$00
- **SEMINÁRIO "10 ANOS DEPOIS"**, *da A25A* 750$00
- **SOMBRAS DE PESSOA(S)**, *de Julião Bernardes* 1.000$00
- **ULTRAMAR... PEQUENAS HISTÓRIAS POR CONTAR**, *de José Valentim de de Matos Prata* 1.000$00
- **O SENHOR COMENDADOR**, *de Cândido Ferreira* 2.380$00
- **O UNIVERSO, A NATUREZA, A HOMINIZAÇÃO**, *de José Valentim de Matos Prata* 1.000$00
- **VIDA E OBRA DE PEDRO NUNES** 400$00
- **SALGUEIRO MAIA – UM HOMEM DA LIBERDADE** *de António de Sousa Duarte* 2.750$00

DISCOS

- **FESTA DE ABRIL** *de Adelaide Ferreira, Bombo da festa, Fernando Tordo, José Palma, José Beato, José Mário Branco, Maria Guinot, Pedro Barroso, Tino Flores, Tó Zé Brito e Vitorino* 1.000$00
- **XV ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL** - *13 Canções Heróicas de Fernando Lopes Graça - Piano: Madalena Sá Pessoa - Canto: Celeste Amorim* 1.000$00
- **MARIA GUINOT** 1.000$00

SERIGRAFIAS

- **FRANCISCO SIMÕES** 7.500$00
- **CASQUILHO** *(Varinas, Pescadores e Mulheres da Bilha)* 5.000$00 (cada) 12.000$00 (3)
- **ANTÓNIO COLAÇO** 12.500$00
- **ACART** 2.500$00

LITOGRAFIA

- **JOÃO LUIS** 500$00

MEDALHAS DA A25A

- ANOS DE 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90 1.000$00
- ANOS DE 92, 93 1.500$00
- ANO 94 2.500$00
- ANO 95 1.500$00

DIVERSOS

- EMBLEMAS REDONDOS POVO/MFA 100$00
- EMBLEMAS REDONDOS DOURADOS 100$00
- EMBLEMAS MFA VÁRIOS 100$00
- EMBLEMAS A25A GRANDES 100$00
- CINZEIROS 150$00
- ESCUDETES 500$00
- BANDEIRINHAS 250$00

VAMOS APRENDER BRIDGE! (28)

É óbvio que o objectivo dos nossos artigos é o de levar os leitores, na sua qualidade de iniciados ou interessados na prática do bridge, a meditarem sobre cada um dos temas apresentados, procurando desta forma melhorar a sua técnica de marcação e evitando, em leilões em que vierem a participar, erros primários, que poderão inserir-se na doutrina freudiana, ao transformarem uma hipotética marcação de sonho, num autêntico pesadelo de carteio.

Não será demais referir que constituindo o "leilão" a primeira fase do jogo, se o mesmo não for efectuado com um mínimo de realística consistência, por mais que o carteador se esmere e seja exímio no manejo da carta, os resultados finais nunca serão os mais desejados.

Convém não esquecer que o jogo do bridge também obedece ao aforismo popular que considera que "quem torto nasce, tarde ou nunca, se endireita"!

Feito o filosófico intróito, abordemos a parte prática:

– RESPOSTAS ÀS VOZES DE INTERVENÇÃO

3 - RESPOSTAS AO DOBRE DE CHAMADA

Sabemos que o DOBRE DE CHAMADA é uma das possíveis vozes de intervenção utilizada por um dos jogadores da linha contrária à que abriu o leilão (ver artigo 23).

No caso dos leilões:

N	E	S	W
1♥	DOBRO	PASSO	?

ou

N	E	S	W
1♦	DOBRO	2♦	?

qual a marcação que deverá efectuar o jogador sentado em W?

Pelos exemplos atrás apresentados, facilmente concluímos que as respostas ao DOBRE DE CHAMADA serão condicionadas pela atitude que o parceiro do abridor vier a tomar no leilão. Ou remetendo-se ao silêncio, quando profere um PASSO, ou anunciando um naipe, ou apoiando o naipe de abertura ou redobrando a intervenção.

Analisemos o caso, academicamente mais simples, que decorre do PASSE do parceiro do abridor, deixando para próximo artigo as soluções preconizadas para quando aquele jogador tem diferente e mais activa participação no leilão.

3.1 - QUANDO O PARCEIRO DO ABRIDOR PASSA

Neste mais rudimentar exemplo de leilões competitivos, importará saber situar o jogo do jogador que terá que responder ao DOBRE DE CHAMADA, numa das 3 zonas de força que fazem com que as possíveis mãos possam ser classificadas em:

FRACAS– De 0 a 7 PH
MÉDIAS – De 8 a 10 PH
FORTES – De 11 ou mais PH

A zona ou faixa de força em que for classificada a mão que detiver, irá condicionar a resposta ao DOBRE DE CHAMADA do parceiro, transmitindo-lhe, em cada um dos casos, uma mensagem que lhe permitirá aferir, numa primeira aproximação, a força existente na linha.

3.1.1 - COM MÃOS FRACAS

Nesta situação (o a 7PH) a regra a seguir será, obviamente, a de anunciar o naipe mais comprido ao nível mais baixo possível.

Assim, no leilão:

N	E	S	W
1♣	DOBRO	PASSO	?

W, com mãos do tipo:

♣ 35
♦ V963
♥ 10742
♠ V64

deverá anunciar 1♦.

Mas porquê 1♦ e não 1♥, se ambos os naipes são de 4 cartas?

A resposta é simples! Porque a mão é tão fraca que convem falar no naipe mais fraco, e portanto, hierarquicamente mais próximo do naipe de abertura.

Com esta distribuição, deixariamos a voz de 1♥ disponível para mãos mais consistentes, como esta:

♣ 32
♦ V986
♥ R1074
♠ V108

Poderá o observador mais atento perguntar o que fazer no leilão:

N	E	S	W
1♦	DOBRO	PASSO	?

com a mão:

♣ 752
♦ 9843
♥ V65
♠ 1086

Haverá que esclarecer que com mãos deste tipo (Força e Distribuição) não restará outra alternativa que não seja anunciar 1♥, **mesmo que com 3 cartas**.

Importará, isso sim, que o jogador que dobrou de chamada esteja assumidamente consciente de que o seu parceiro poderá ter sido obrigado a falar com uma mão branca e, ainda por cima, não lhe ter restado alternativa do que a de anunciar um naipe de três cartas.

Concluindo diremos que, face à panóplia de cenários possíveis de fraqueza e de distribuição desfavorável com que pode ser confrontado o jogador que **tem** que responder ao DOBRE DE CHAMADA, o parceiro que dobrou a abertura, não deverá voltar a falar, perante uma resposta ao nível mínimo, desde que a sua mão não tenha uma força mínima de 17 PH.

3.1.2 - COM MÃOS MÉDIAS

Existem dois tipos de vozes que poderão transmitir ao parceiro a existência duma força situada entre os 8 e os 10 PH, e que se consubstanciam em:

a) - Anunciar 1 ST, quando possuir uma distribuição regular, sem naipe rico (♥ ou ♠) de 4 cartas e, pelo menos, com uma defesa no naipe de abertura;

b) - Anunciar um naipe em salto dando, neste caso, preferência aos naipes ricos em detrimento dos pobres (♣ ou ♦).

Após leilão:

N	E	S	W
1♦	DOBRO	PASSO	?

Com a mão:

♠ 53
♥ AD109
♦ 42
♣ D10852

W deverá anunciar 2♥ (deu um salto sobre a abertura de 1♦) em detrimento da voz possível de 3♣, preferindo anunciar a existência de 4 cartas em ♥ ao mesmo tempo que situava a sua mão numa zona de força média.

A análise das respostas com mãos fortes constituirá o tema do nosso próximo artigo.

Um abraço amigo do
Luís Galvão

(continuação da pág. 2)

por outros homens, de grupos por outros grupos, de povos por outros povos.

E a SOLIDARIEDADE. A solidariedade só tem conteúdo, se visar, dentro da nossa comunidade, a irradicação das razões que originam o desemprego endémico e o trabalho injustamente retribuído, a discriminação sexual, o racismo e todas as outras formas de marginalização e exclusão social.

Mas a solidariedade tem de visar, também, para lá dos estreitos horizontes nacionais, a compreensão e a busca de soluções para o drama que assola o Terceiro Mundo, com o subdesenvolvimento crónico e as legiões de emigrantes e refugiados, alvo fácil de radicalismos religiosos de várias matizes, sujeito à cobiça e às imposições externas, palco de infindáveis conflitos, única marca visível da chamada "Nova Ordem Internacional" que se seguiu à Guerra Fria.

E ainda o AMBIENTE. A defesa do ambiente é indissociável de uma opção por um desenvolvimento justo e equilibrado, que respeite a Natureza, entendida à escala de todo o planeta e do espaço que o cerca.

A defesa do ambiente exige uma nova atitude ecológica, face a ameaças diversificadas, que vão da paranóia dos arsenais nucleares, à irracionalidade predadora do consumismo e do desperdício, em benefício de minorias ávidas do supérfluo, à custa de uma multidão de consumidores, sempre crescente, produto de uma explosão demográfica incontrolada, carente do essencial.

A defesa do ambiente passa pela consciencialização cívica de que se está destruindo um património que não tem alternativa, que se está esgotando os recursos e que se vai legar uma herança poluída, provavelmente irrecuperável.

Estes valores, a que chamei da 3.ª geração,não são mais, afinal, do que a resposta necessária à pressão imposta por um novo tipo de poder.

Poder que assenta numa nova classe, hiperliberal e tecnocrática, multinacional e distante, egoísta e indiferente, agressiva e calculista. Uma nova classe hipócrata, na sobranceria com que encara as ideologias, enquanto cultiva a sua própria ideologia da ambição, do pragmatismo, da competição, que se autodefine como vocacionada para o poder e que gera, pela sua lógica, a corrupção e o nepotismo. Que pretende marginalizar o Estado, afinal a única entidade que, em democracia, representa a generalidade dos cidadãos, da regulação das distorções que o próprio liberalismo introduz nas relações sociais.

* * *

Continuamos a descer esta avenida, gritando "25 DE ABRIL SEMPRE, FASCISMO NUNCA MAIS".

Obviamente que todos nós somos autênticos quando expressamos a determinação de travar qualquer ameaça de regresso ao fascismo, tanto mais justificável quando, por toda a parte, renascem as mais diversas manifestações, quase sempre violentas, de neofascismo.

Hoje, porém, creio serem outras as prioridades. A democracia defende-se nas novas trincheiras.

Para que o "25 DE ABRIL SEMPRE" mantenha pleno conteúdo, actualidade e lucidez, são os valores da PAZ, da SOLIDARIEDADE e do AMBIENTE, que devem constituir as nossas preocupações, agitar as nossas consciências, despertar as nossas energias.

Alguém escreveu um dia, num rasgo de rara sensatez: *"é-se velho quando se tem mais memória do que projecto; é-se jovem enquanto se tem mais projecto do que memória"*.

Pois, então, queremos um 25 DE ABRIL SEMPRE jovem, que, como tal, não se contente com o mero culto da sua memória, e continue a afirmar-se como projecto, mobilizador da nossa capacidade de querer mais e fazer melhor.

Projecto enraizado nos valores que constituem as referências históricas do 25 DE ABRIL.?

Sem dúvida.

Mas firmado nos combates do presente e enfrentando o futuro, compreendendo os valores, os objectivos, os desafios que sendo já os de hoje, se perfilam para o século XXI.

Só assim o 25 DE ABRIL perdurará.

SEMPRE!

25 de Abril de 1995

PEDRO PEZARAT CORREIA